

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

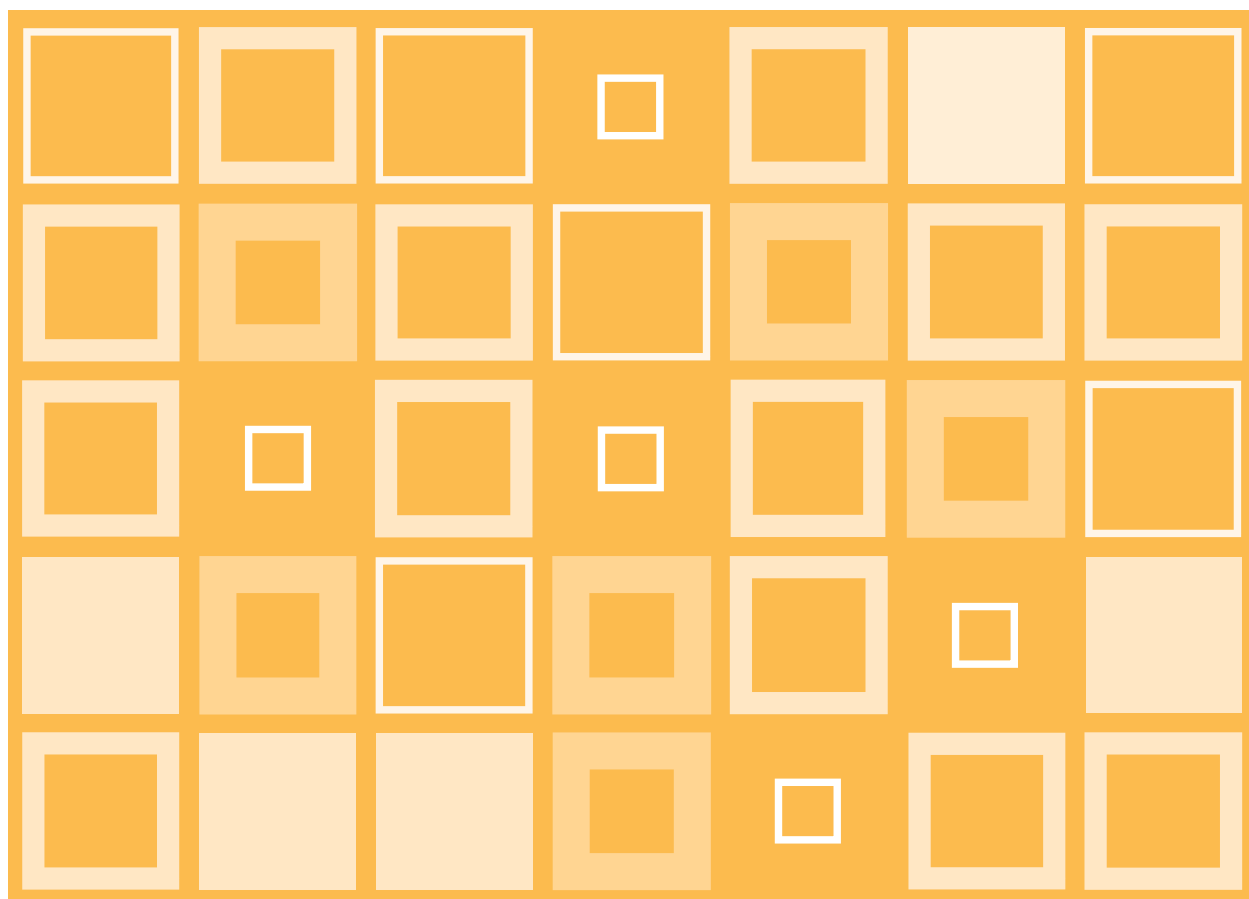
DO CURSO DE

Administração Pública

Instituto das Cidades
CAMPUS ZONA LESTE



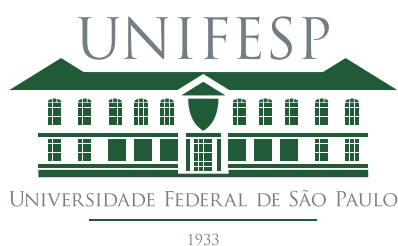
1933



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO CURSO DE

Administração Pública

Instituto das Cidades
CAMPUS ZONA LESTE



Prof.^a Dr.^a Soraya Smaili

Reitora

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Minhoto

Pró-Reitora de Graduação

**Coordenadora do Projeto Político-Pedagógico
do Instituto das Cidades**

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes

Pró-Reitor adjunto de Planejamento

**Coordenador do Planejamento de Implan-
tação do Campus Zona Leste**

Prof.^a Dr.^a Gabriela de Breláz (EPPEN-Unifesp)

**Coordenadora do PPPC de Administração
Pública**

Prof.^a Dr.^a Marcia Carvalho de Azevedo (EPPEN-
Unifesp)

**Vice-coordenadora do PPPC de Administração
Pública**

Este Projeto Político-Pedagógico do Curso de Administração Pública do Instituto das Cidades/Campus Zona Leste foi aprovado por unanimidade em reunião do Conselho de Graduação da Unifesp de 23/08/2016.

Site: www.unifesp.br/campus/zonaleste

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	1
a. Do Instituto das Cidades	1
b. Do Curso de Administração Pública	1
c. Dados da Instituição	2
d. Dados do Curso	4
2. HISTÓRICO	5
a. Breve Histórico da Universidade	5
b. Breve História do Campus	5
c. Dados socioeconômicos e ambientais da região	7
3. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA	9
4. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS	12
a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades	12
b. Objetivos e Princípios do Curso de Administração Pública	15
5. PERFIL DO EGRESSO	19
a. Do Instituto das Cidades	19
b. Do Curso de Administração Pública	19
c. Campo de atuação profissional	20
6. FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E LINHAS INTERDISCIPLINARES	22
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	26
a. Narrativa e síntese progressiva	26
b. Núcleos Temáticos	27
c. Percurso Formativo do Curso de Administração Pública	28
d. Matriz curricular do Curso de Administração Pública	37
e. Ementário	45
f. Distinção do curso de Administração Pública	51
8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	52
a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	52
b. Sistema de Avaliação e Renovação do Projeto Pedagógico do Curso	53
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	54
10. ESTÁGIO CURRICULAR	56

11. MEMORIAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	58
a. Memorial do percurso formativo	58
b. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	58
12. APOIO AO DISCENTE	60
13. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	61
14. RELAÇÃO DO CURSO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO	62
15. INFRAESTRUTURA	64
a. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)	64
b. Campus como minicidade-escola	65
16. CORPO SOCIAL	66
a. Perfil docente	66
b. Docentes do Curso de Administração Pública	67
c. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs	67
b. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste	68
17. REFERÊNCIAS	69
18. ANEXOS	70
a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC	70
b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso	70
c. Equipe de desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e seus cursos	70

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Curso Administração Pública deve ser lido e compreendido em conjunto com o Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades (IC), que o abriga e articula. A inter-relação com os demais cursos, o Instituto e o Campus, suas práticas convergentes e objetivos comuns são detalhados no PPP do IC, bem como são apresentadas as estruturas de gestão, os sistemas de eletivas, optativas e certificações, seus conselhos participativos universidade-sociedade, o detalhamento dos espaços físicos, as políticas de apoio e protagonismo dos estudantes, o sistema de ingresso e de cotas, o Programa de Residência em Cidades, as ações de cooperação nacional e internacional, entre outras. Por isso, os Projetos do Instituto e de seus cursos são indissociáveis e complementares.

a. Do Instituto das Cidades

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), comprometida com a expansão do ensino superior público no Estado com menor porcentagem de vagas públicas por habitante, recebeu a incumbência da Presidente da República, em agosto de 2011 (quando foram anunciados 47 novos campi federais no Brasil), de implantar três novos campi. Destes, o Campus Osasco já se encontra em pleno funcionamento e, em 2014, foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário (Consu) a implantação do Campus Zona Leste, em terreno desapropriado pela Prefeitura de São Paulo, em 2013.

Ao longo de 2013 e 2014, com a participação de especialistas do Brasil e do exterior, de movimentos sociais e profissionais de áreas afins, por meio de audiências públicas, seminários e *workshops*, formulamos a proposta de um instituto cujo tema estratégico e aglutinador fossem as cidades e assentamentos humanos, em sua diversidade de contextos, escalas e situações, em vista dos problemas históricos que se perpetuam e se agravam (mobilidade, água e saneamento, moradia, meio ambiente, desafios da gestão integrada de metrópoles, violência, degradação dos espaços públicos, aumento das áreas de risco,

desequilíbrios intraurbanos e regionais e imensas desigualdades sócioespaciais, entre outras) e da necessária pesquisa de soluções, os quais são hoje questões decisivas para o futuro das sociedades. Tal proposta compreende que a pesquisa e a análise crítica são fundamentais para a formação de profissionais engajados na formulação de novas políticas públicas, no Brasil e no mundo. Pretende, igualmente, tornar-se importante referência regional em redes internacionais de pesquisa em cidades, que têm crescido enormemente, com novos centros não apenas na Europa e Estados Unidos, mas também na Índia, China, África e América Latina.

A missão do **Instituto das Cidades** é favorecer contextos e práticas de ensino e aprendizagem, além da pesquisa e extensão, baseados em conhecimento convergente no tema, para enfrentar situações desafiadoras e resolver problemas complexos e multidimensionais, de modo a conceber, transformar, preservar e construir cidades melhores, mais justas e sustentáveis, em que novos modelos de desenvolvimento, modos de vida, bem-estar coletivo e uma ecologia integral sejam colocados em questão.

O Instituto das Cidades será formado pelos seguintes **cursos de graduação**:

1. Administração Pública (bacharelado)
2. Arquitetura e Urbanismo (bacharelado)
3. Engenharia Ambiental e Sanitária (bacharelado)
4. Engenharia Civil (bacharelado)
5. Geografia (bacharelado)
6. Geografia (licenciatura)
7. Design (bacharelado)
8. Engenharia de Mobilidade e Transportes (bacharelado)
9. Turismo (bacharelado)

Os seis primeiros cursos (1 a 6) estão autorizados pelo Conselho Universitário da Unifesp e pactuados com o MEC para sua implantação. Os três últimos cursos (7 a 9) fazem parte do Projeto Político Pedagógico do Instituto, aprovado pelo Conselho Universitário (Consu) para implantação futura.

b. Do Curso de Administração Pública

O curso de Administração Pública da Universidade Federal de São Paulo Unifesp é parte do Instituto das Cidades, situado no Campus Zona Leste da capital paulista, em região da metrópole que foi ocupada historicamente pela classe trabalhadora. Reiterando a vocação pública e a integração com os demais cursos de formação acadêmica e profissional do IC vinculados às áreas de conhecimento correlatas à Administração Pública que pensam, planejam, projetam, constroem, mantêm, regulam e transformam as cidades, o curso de Administração Pública tem como compromisso descrever, compreender e propor soluções para problemas que atingem os cidadãos, assim como desenvolver as potencialidades das cidades.

O curso de Administração Pública da Unifesp nasce a partir de uma discussão acerca de importância da gestão das cidades de forma integrada, levando em consideração suas especificidades, complexidades e potencialidades. Contribuir para a formulação de políticas públicas, sua implementação, monitoramento e avaliação, assim como gerir equipamentos públicos, ouvir e lidar com diferentes atores e grupos de interesse, promover uma gestão pública aberta e transparente permeada pelos valores de uma accountability democrática, trabalhar com a realidade federativa do Estado Brasileiro, trabalhar com os poderes executivo, legislativo e judiciário, entre outras, são funções do administrador público em cidades e em outras formas de ocupação do território.

Ao estar inserido no Instituto das Cidades, o curso dialoga com outros atores igualmente importantes para o desenvolvimento destes espaços de convívio permeados por relações sociais, econômicas e políticas e que são palco hoje de um colapso de infraestruturas e serviços de um urbanismo acelerado e mal planejado. Assim, torna-se necessária uma redefinição de políticas e ações em novos rumos, que promovam uma inflexão no modo de pensar, planejar, projetar e construir as cidades, que definam seus parceiros em defesa do que é comum, da qualidade de vida em uma cidade mais justa e sustentável para todos. Adicionalmente, por

estar inserido em uma universidade multicampi, a interlocução se amplia potencializando a construção de conhecimento de forma colaborativa.

De forma mais ampla, pretende-se estabelecer como um espaço referência de discussão crítica e construtiva da administração pública e dos seus pilares com os diversos atores que a formam, como cientistas sociais, cientistas políticos, economistas, administradores, profissionais do direito, arquitetos e urbanistas, engenheiros, geógrafos entre outros. De forma mais estrita pretende formar alunos com vocação pública para a gestão das cidades, diretamente através da atuação governamental, ou indiretamente através de organizações da sociedade civil ou empresas que desempenhem estas funções. Este espaço crítico-reflexivo e de formação será construído de forma colaborativa.

O curso de Administração Pública do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública, por fim buscará através das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão a formação de administradores públicos, a discussão com diversas comunidades (local, acadêmica, política), a transformação progressista das cidades em espaços democráticos para todos os cidadãos, assim como a promoção do direito à uma cidade justa e sustentável.

c. Dados da Instituição

Nome da Mantenedora: Unifesp

Nome da IES: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Lei de Criação: Lei 8.597, de 17 de dezembro de 1994.

Escola Fundadora: Escola Paulista de Medicina, 1933

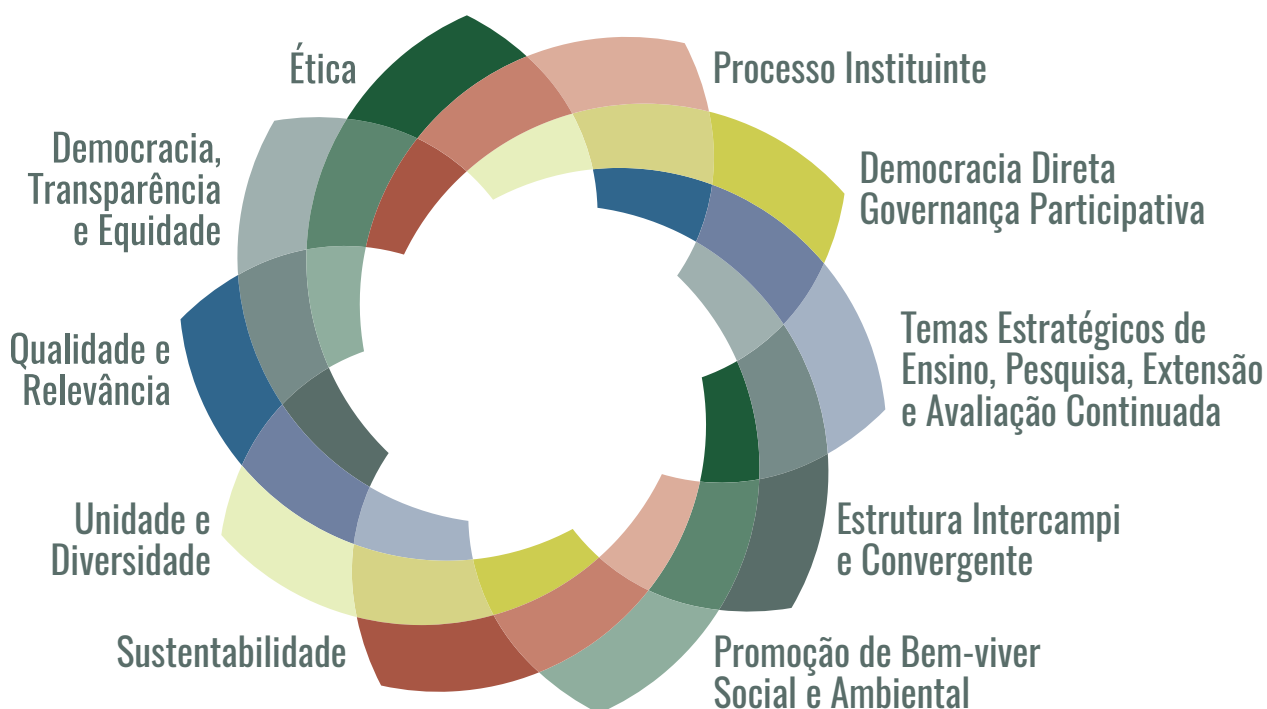
Perfil e Missão:

“Há muito consolidada no campus São Paulo, a Unifesp estende-se a mais 5 novos campi, em outras áreas do conhecimento como ciências exatas, humanas e biológicas, confirmando suas ações interrelacionadas de ensino, pesquisa e extensão.

Essa missão, que o Conselho Universitário abraçou ao final de 2004, além do nítido objetivo de levar o ensino universitário gratuito e de qualidade a outras regiões do Estado de São Paulo, completa-se com a constituição de cursos de pós-graduação e ações de extensão, dando maior acesso à educação para as comunidades onde a Unifesp está inserida.

Dessa forma, a geografia multicampi da Unifesp, com seis campi implantados e dois em implantação na macrometrópole paulista, distribuídos em três regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista e São José dos Campos), permite compor uma rede universitária em uma área de 29 milhões de habitantes, a maior densidade urbana do hemisfério sul. Essa condição estratégica traz um potencial de ensino, pesquisa e extensão, que pode ser direcionado a grandes temas nacionais e internacionais.

A afirmação do caráter público e socialmente relevante da Unifesp, a percepção histórica do processo que ora se apresenta como um novo momento instituinte e que permite situar o nosso papel na escala dos âmbitos regional, nacional e internacional delineiam, de início, uma identidade em construção: pode-se dizer que essa última se assenta em elementos permanentes, aqui estabelecidos como princípios fundamentais, e em elementos dinâmicos, aqui designados como eixos estruturantes (gráfico a seguir)". (PDI UNIFESP 2016-2020)



d. Dados do Curso

Nome do curso: Administração Pública

Grau: Bacharelado

Forma de Ingresso: Anual (Sisu ou transferência)

Número total de vagas: 120 (60 por turno de funcionamento)

Turnos de funcionamento: Matutino e Noturno

Carga horária total do curso: 3.195 horas

Regime do Curso: Semestral

Tempo de integralização: 8 semestres (diurno); 8 semestres (noturno)

Endereço de funcionamento do curso: Campus Zona Leste. Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera - São Paulo - SP - CEP 08260-001

2. HISTÓRICO

a. Breve Histórico da Universidade

A Unifesp iniciou as suas atividades com a criação da Escola Paulista de Medicina (1933), a inauguração do Hospital São Paulo (entre 1936 e 1940) e a criação da Escola Paulista de Enfermagem (1939).

Com a federalização da Escola Paulista de Medicina (1956), a Instituição tornou-se pública e gratuita, transformando-se em um estabelecimento de ensino superior, de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação. A residência médica foi iniciada em 1957.

Na década de 1960, o reconhecimento conjunto do ensino, pesquisa e extensão, levou a Instituição à criação de mais três cursos de graduação, voltados para pesquisa e tecnologia em saúde. Nessa mesma década, o impacto da produção científica e a potencialidade da titulação do corpo docente possibilitaram a Instituição criar os primeiros programas de Pós-Graduação no Brasil.

Em 1994, a Escola Paulista de Medicina adquiriu novos contornos e transformou-se na Universidade Federal de São Paulo, inicialmente como universidade temática da área da saúde.

Atualmente a Unifesp conta com seis campi em funcionamento: São Paulo (Escola Paulista de Medicina e Escola Paulista de Enfermagem), Baixada Santista (Instituto Saúde e Sociedade e Instituto do Mar), Guarulhos (Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Diadema (Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas), São José dos Campos (Instituto de Ciência e Tecnologia), Osasco (Escola Paulista de Política, Economia e Negócios).

Para maior detalhamento, ver o Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades.

b. Breve História do Campus

O Campus Zona Leste é resultado não apenas da ação do governo federal e da Unifesp, mas sobretudo da mobilização de movimentos sociais da região para a instalação de universidades públicas que atendessem a uma população que hoje supera 4 milhões de pessoas. Na década de 1980, com a redemocratização e a ação de base de diversos movimentos, a zona leste tornou-se um campo importante de mobilização popular pela democratização. Além das ações em favor da ampliação do acesso à escola básica, da abertura das escolas no período noturno e da democratização da escola (participação de estudantes e comunidades na gestão), os movimentos defendiam a criação de uma Universidade do Trabalhador, inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire.

O Projeto Político Pedagógico do Campus Zona Leste foi formulado em diálogo com os movimentos sociais da região e influenciado pelas jornadas de junho de 2013, que colocaram em evidência os problemas urbanos e o direito a serviços públicos mais eficientes e a cidades mais justas e democráticas. A partir das audiências e debates realizados, a comissão indicada pelo Consu elegeu o tema Cidades como pertinente, oportuno e relevante para articular os cursos do futuro campus - os quais não eram oferecidos pela instituição nos outros campi em funcionamento. Assim, ao final de 2013, a comissão definiu por consenso que o Campus Zona Leste deveria abrigar o futuro Instituto das Cidades da Unifesp.

Em 2014, o Projeto do Instituto das Cidades foi apresentado e debatido em Seminário nos dias 13 e 14 de fevereiro, com especialistas e representantes de movimentos sociais, que confirmaram sua importância e caráter inovador. A criação do Instituto foi a seguir aprovada por unanimidade na reunião ordinária do Conselho de Graduação, em 19 de fevereiro daquele ano. Em abril, o Ministério da Educação manifestou-se favoravelmente ao projeto político-pedagógico dessa unidade universitária,

ratificando a pertinência do tema e do modelo de ensino interdisciplinar proposto. Durante os meses de outubro e novembro de 2014, foi realizado um novo seminário para aprofundamento desse projeto, em duas rodadas, totalizando quatro dias de discussão, com 12 colaboradores, sendo cinco internacionais. No início de dezembro, após algumas rodadas de negociação com a Reitoria, o Ministério da Educação, foram definidos os termos de pactuação do Campus (número de cursos, estudantes, professores, técnicos, recursos de custeio, capital e assistência estudantil), aprovada pelo Conselho Universitário e assinada pela reitora em dezembro de 2014.

Em 2015, foram desenvolvidos os projetos político pedagógicos de cada um dos seis primeiros cursos, com o apoio de comissão formada por dez professores e coordenada pela ProGrad e a realização de debates públicos temáticos, com mais de cinquenta colaboradores convidados.

O planejamento de implantação avançou com a contratação dos Projetos Executivos dos primeiros edifícios e a reforma do edifício de extensão, o primeiro a funcionar no campus. O repasse de

vagas de técnicos e professores, contudo, não cumpriu o cronograma pactuado em 2014.

Para maior detalhamento, ver o Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades.

c. Dados socioeconômicos e ambientais da região

A região da Zona Leste da cidade de São Paulo congrega um território de 313km² dividido com mais de 3,7 milhões de habitantes, sendo a mais populosa da capital. Em termos de regiões administrativas, é dividida em Sudeste, Leste 1 e Leste 2, dado a sua grande dimensão em termos de tamanho e população e congrega as subprefeituras da Moóca, Vila Prudente, Aricanduva, Penha, Itaquera, São Mateus, Ermelino Matarazzo, São Mateus, Cidade Tiradentes, Guaianazes e Itaim Paulista.

Originalmente era habitada por índios, como os Guaianazes, e para evitar os ataques indígenas por terra, os bandeirantes utilizavam os Rios Tietê, Tamanduateí e Aricanduva, permitindo o avanço e



Vista aérea do terreno do campus, com 173 mil m², em Itaquera, defronte à av. Jacu Pêssego.

o povoamento da região. Com o tempo formou-se um caminho ligando as cidades de São Paulo e o Rio de Janeiro, expandiram-se as propriedades, as Igrejas e as vilas foram criadas, dando origem, posteriormente, aos bairros da Zona Leste.

Com a forte industrialização da cidade de São Paulo, no século XIX, observa-se a criação das indústrias, da expansão da rede ferroviária assim como o surgimento de bairros de trabalhadores, muitos deles imigrantes de países como Itália, Armênia, Líbano, Síria, Grécia, entre outros e, posteriormente, do nordeste do Brasil.

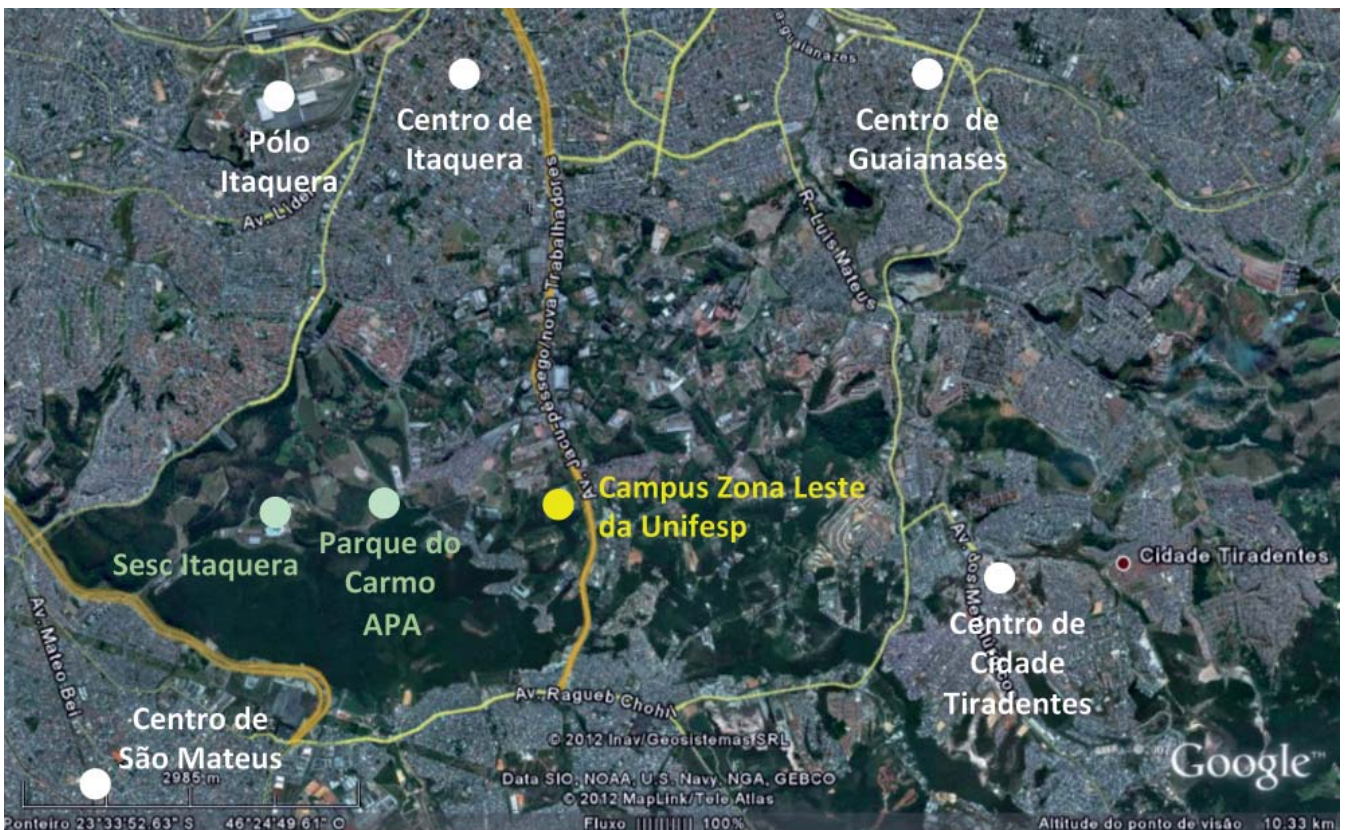
Muitos dos bairros e loteamentos foram erguidos sem regularidade fundiária, com infraestrutura precária e autoconstrução das moradias pelos habitantes. Essa mesma precariedade estimulou a organização dos moradores em diversos movimentos temáticos contra a carestia (educação, saúde, creches, transportes, saneamento, habitação etc.). A partir dos anos 1970, o regime militar iniciou uma série de grandes conjuntos habitacionais, no contexto do BNH, os maiores em Itaquera e Cidade Tiradentes. Mesmo com algumas iniciativas industriais recentes, como o Polo de Itaquera,

da qual fez parte a Gazarra, a região segue predominantemente dormitório da classe trabalhadora, que desloca-se para trabalhar noutros bairros da cidade, com enorme movimento pendular de transportes.

O Campus da Unifesp localiza-se na subprefeitura de Itaquera cujo nome em Tupi significa “pedra dura”. Apesar de seu nome já aparecer em uma Carta de Sesmaria de 1686, a primeira referência da povoação de Itaquera é de 1820, pois lá havia um rancho onde os viajantes paravam para descansar e se reabastecer de provisões. Um marco importante para o desenvolvimento da região foi a criação da estação de trem.

A subprefeitura de Itaquera congrega 4,7% da população do município de São Paulo e 14,1% da Zona Leste. Com uma densidade demográfica de 128,4 habitantes/ha, acima da média do município de 102,4 habitantes/há, cresceu acima da média paulistana nas décadas de 80 e 90 devido ao forte processo de industrialização, mas de 2000 a 2010 passou a ter os mesmos patamares do município.

Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dados de 2010, mostram que



Localização do Campus Zona Leste e entorno

Itaquera possui o 11º pior IDH do município de São Paulo se comparado às demais 31 subprefeituras e uma das piores taxas de homicídios da região (69,47 homicídios/100 mil habitantes), acima média do município de São Paulo (57,29 homicídios/100 mil habitantes).

Em termos de empregos formais por habitante, os indicadores são também bastante preocupantes, pois possui apenas 0,10 empregos formais por habitante, bem abaixo da média paulistana de 0,27. De acordo com o setor da atividade, os empregos se dividem em comércio (29,3%), construção civil (7,9%), indústria (19,6%), serviços (43,5%) e outros (0,3%).

O maior terminal intermodal de transportes de São Paulo localiza-se em Itaquera, com terminais de metrô, trem, ônibus e lotações, além de Poupatempo, Shopping Center, Estádio de Futebol (Arena Corinthians), Fatec e outros serviços - constituindo o novo Polo de Itaquera, distante 5km do Campus da Unifesp.

O principal rio que banha a área é o Jacu. Hidrograficamente pode-se dizer que a área é bem servida por uma densa rede de rios todos afluentes e subafluentes do Tietê. São rios pouco expressivos, sendo os principais eixos: Jacu, Itaquera e Aricanduva. O Campus conta com duas nascentes que abastecem o rio Jacu.

A estrutura geológica da área é constituída de rochas muito antigas do tipo cristalino, como granitos da era arqueozóica, rochas metamórficas, gnaissicas e micaxistos micáceos. Topograficamente é uma região de morros cujas elevações mamelonares evidenciam o intenso trabalho erosivo das águas superficiais.

O Campus faz parte de uma Área de Preservação Permanente, denominada APA da Fazenda e do Parque do Carmo, expressiva reserva de Mata Atlântica, com 867 hectares. As áreas verdes na região são significativas, incluindo a APA, o próprio Parque do Carmo (o mais importante da região) e o SESC Itaquera, todos facilmente acessíveis do Campus (menos de 2km de distância).

A região ainda possui baixa densidade de ocupação, pois fez parte de um cinturão verde de São Paulo, com diversas chácaras de agricultura familiar (conhecidas pela produção de pêssegos), quase todas de colônia de origem japonesa, que

mantém tradições na região e dá nome a diversas das ruas locais, inclusive de contorno do Campus (Rua Sho Ioshioka).

3. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA

O Brasil possui atualmente 205 milhões de habitantes distribuídos pelos 5.570 municípios nas 27 unidades da federação (IBGE, 2015). A gestão destes entes federativos e a provisão de serviços públicos de qualidade demandam recursos humanos preparados para atuar com a complexidade da máquina pública. Adicionalmente, diversas organizações da sociedade civil e organizações multilaterais atuam na provisão de serviços públicos ou fazendo *advocacy* e atuando direta e indiretamente junto ao poder público.

De acordo com o Perfil dos Servidores Públicos Federais (ENAP, 2015) em 2014 havia 1.195.822 servidores ativos na União sendo 58% no executivo civil (administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), 31% no executivo militar, 9% no judiciário e 2% no legislativo. Trata-se de um contingente de servidores que cresceu significativamente nos últimos anos, 35% de aumento em relação ao ano de 2002. Considerando os servidores civis ativos do Poder Executivo, 46% são mulheres, 42,7% tem mais de 51 anos e 44,6% tem nível superior completo (versus 42,3% em 2002). Em relação à região de atuação, 37% estão concentrados na região sudeste, 21% na região nordeste, 18% na região centro oeste, 13% na região sul e 11% na região norte.

De acordo com o Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros (IBGE, 2015), em 2014 havia 3,2 milhões de servidores estaduais (1,5% da população brasileira no mesmo ano). No caso dos estados e dos municípios, de acordo com o mesmo estudo, em 2014 havia 6,5 milhões de servidores municipais (3,2% da população brasileira), 66% a mais do que em 2001. A pesquisa ressalta que este aumento ocorreu devido ao crescimento de servidores nas secretarias municipais que são as responsáveis pela formulação e execução de políticas, pela gestão pública, assim como pela prestação de atendimento à população. Em relação à escolaridade, observaram-se melhorias, pois em 2005, cerca de 23,8% do total de servidores municipais tinha qualificação de nível superior ou de pós-graduação e em 2014 chegou a 36,6% (IBGE, 2015). O total de

servidores públicos congrega diversos tipos de profissões tendo muitas delas responsabilidades e atribuições que concernem à atuação de um administrador público.

Outro campo de atuação dos administradores públicos são as organizações da sociedade civil. De acordo com o estudo, “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010 (FASFIL)” (IBGE e IPEA, 2012), em 2010, havia 290.692 organizações cadastradas como fundações privadas ou associações sem fins lucrativos: um crescimento de 8,8% em tais relação à base a 2006, atuando em diversas áreas como 1) Habitação - 292; 2) Saúde – 6.029; 3) Cultura e Recreação – 36.921; 4) Educação e Pesquisa – 17.664; 5) Assistência Social 30.414; 6) Religião 82.853; 7) Associações Patronais e Profissionais 44.939; 8) Meio ambiente e Proteção Animal 2.242; 9) Desenvolvimento e Defesa de Direitos 42.463; 10) Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente 26.875.

Estas organizações concentram-se no Sudeste (44.2%), principalmente, nos Estados de São Paulo (20.5%) e Minas Gerais (12.6%), seguido do Nordeste com 22.9%, do Sul com 21.5%, Centro-oeste com 6.5% e o Norte com 4.9% das organizações. Interessante observar que 40.8% do total das FASFIL foram criadas a partir de 2001 e, em 2010, essas organizações empregavam cerca de 2.1 milhões de pessoas assalariadas, com forte concentração na região sudeste, 58.1%.

O Instituto das Cidades, resultado de uma ação do governo federal e da mobilização de movimentos sociais da zona leste, congrega o curso de Administração Pública e outros cursos de extrema importância para a construção e administração direta e indireta das cidades e, conseqüentemente, para o seu desenvolvimento, sendo necessária a formação de profissionais éticos, comprometidos e capazes de lidar com a complexidade da gestão urbana.

As cidades, sejam elas pequenas ou megalópoles, trazem uma série de complexidades e desafios a serem trabalhados de forma sistêmica e

coordenada entre diferentes atores e instituições. Podemos citar a precariedade das infraestruturas urbanas, a segregação socioespacial, a má qualidade da maior parte dos espaços de moradia e dos equipamentos de serviços públicos; as dificuldades de mobilidade urbana; a falta de saneamento básico; a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis, entre outras. Através do Instituto das Cidades e de seus cursos a Unifesp se insere neste debate global e na formação de indivíduos para atuar e transformar esta realidade complexa, mas que possui também inúmeras potencialidades.

O campus em si é o resultado desta complexidade dado que é consequência de ampla mobilização de movimentos sociais da zona leste que historicamente lutam pela instalação de universidades públicas, que atendam a uma população que hoje supera o número de 4 milhões de habitantes, e por melhores condições de infraestrutura urbana de transportes, saneamento, habitação, educação e saúde, melhoria nos indicadores de violência, entre outros. A participação da sociedade civil em audiências públicas e a posterior criação de uma Comissão Mista do Conselho Universitário, paritário com membros da universidade e da sociedade civil, que debateu os cursos, as atividades de extensão, os projetos de edificação, cronograma, entre outros, de forma participativa, já é parte do novo campus que congrega entre seus valores uma ampla inserção da população local.

Neste contexto, tornam-se necessárias políticas e tecnologias urbanas que permitam construir e melhorar as cidades, tornando-as mais justas e sustentáveis e, cabe ao Estado e à sua administração, fazer uma gestão eficiente, eficaz e efetiva que proporcione melhores condições de vida aos seus cidadãos e atue em sua função redistributiva e de promoção de uma sociedade justa e democrática.

O primeiro curso de administração pública foi criado em 1952 na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A criação da FGV em 1944 foi fruto de uma busca por racionalização e profissionalização da administração pública, associadas à criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O curso da EBAP surgiu decorrente de uma parceria entre a FGV e a Organização das Nações

Unidas e tinha como objetivo preparar administradores públicos para atuarem na área pública nos três níveis de governo.

De acordo com Coelho (2006) ao analisar o histórico de criação dos cursos de Administração Pública no Brasil é possível identificar três ciclos. O primeiro ciclo corresponde o período desde a criação do primeiro curso em 1952 até 1965, que corresponde a irradiação dos cursos de Administração Pública pelo Brasil à luz do curso da EBAP. Neste período foram criados cursos na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal de Pernambuco, na Escola de Administração do Estado do Ceará, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, entre outros, totalizando cerca de 30 instituições.

O segundo ciclo pode ser definido como o auge e a retração dos cursos de Administração Pública. Neste período é importante destacar o curso do Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, criado em 1969, decorrente de um convênio estabelecido com o governo do Estado de São Paulo, tendo como objetivo a formação de profissionais para a administração pública paulista e a busca da eficiência no setor público, concomitante à criação de um aparato estatal dotado de maior agilidade, com as fundações, as empresas públicas e sociedades de economia mista. Observa-se que na década de 1970 os cursos de administração pública passam a ser absorvidos pelos cursos de administração de empresas.

O terceiro ciclo, segundo o autor, engloba o período de 1983 a 1994, marcado pela extinção do curso da EBAP, que emblemou a crise do ensino de administração pública no país, até a implantação do curso da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) em 1988 e da Fundação João Pinheiro em 1993, representando um possível “realento” dos cursos da área. Trata-se de uma retomada dos cursos de administração pública dentro de um contexto de reforma do Estado.

Após este período observa-se a criação de diversos cursos que passam a integrar o “Campo de Públicas” como, por exemplo, gestão de políticas públicas, políticas públicas e gestão social, sendo esta etapa decorrente do fortalecimento e expansão do Campo e também de políticas do governo

federal. Surge o curso na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 2004, na Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) em 2005, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2009, na Universidade Federal do ABC (UFABC) em 2010, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010, na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), na Universidade Federal de Goiás (UFG), entre outros.

“Assim, Campo de Públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, **essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia.**” (PIRES, FONSECA, VENDRAMINI, COELHO, 2014, p. 112)

O curso de Administração Pública do Instituto das Cidades da Unifesp dará especial ênfase à gestão de cidades de forma sistêmica e integrada, envolvendo diferentes atores e instituições, a fim de lidar com os problemas das cidades de forma participativa. O curso desenvolverá metodologias ativas em seu processo de ensino aprendizagem, a fim de garantir um aprendizado embasado por conhecimento teórico e prático, que resulte em competências e habilidades de resolução de problemas de forma construtiva e orientada para o ethos público e capacidade de inovação na administração pública.

4. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades

Objetivos

- **Oferecer novos cursos de graduação necessários à consolidação de uma instituição superior plena, que fomentem o desenvolvimento de estudos e pesquisas em uma área de conhecimento estratégica para a Unifesp e para o Brasil**, propiciando a participação da universidade no debate global sobre cidades (das pequenas cidades às megalópoles) e assentamentos humanos (vilas rurais, aldeias indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas etc.), seus problemas e soluções;
- **Viabilizar as condições acadêmicas, espaciais, temporais e de infraestrutura física e recursos humanos** para que os cursos de graduação, pós-graduação e as atividades de extensão relacionadas ao urbano e assentamentos humanos agreguem e desenvolvam saberes e práticas comuns ao seu objeto;
- **Tornar-se polo de formação em políticas e tecnologias urbanas**, com reconhecimento nacional e internacional, participando de redes internacionais de pesquisa e colaboração na área;
- Ampliar a oferta de cursos de graduação, especialização, pós-graduação e extensão universitária, colaborando para **minimizar o desequilíbrio entre oferta privada e pública de ensino superior na zona leste**, considerando inclusive a baixa oferta de cursos voltados a essa área na região;
- **Promover a formação teórica, prática e convergente de profissionais e pesquisadores para refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente em situações complexas**, tais como:
 - A precariedade e a desigual distribuição das infraestruturas e serviços urbanos, com impactos socioambientais pouco avaliados, mitigados ou revertidos;
 - A má qualidade dos espaços públicos e equipamentos que abrigam serviços públicos, bem como sua precária conservação, dificuldades de acesso e desigual distribuição no território;
 - A segregação socioespacial entre bairros e classes sociais, com modalidades físicas e simbólicas de exclusão e violência;
 - A dificuldade de acesso à terra urbanizada e legal pela maior parte da população e a má qualidade da maioria dos espaços de moradia, sejam eles autoconstruídas ou produzidas por políticas públicas;
 - Os altos custos sociais, ambientais e econômicos do travamento da mobilidade urbana subordinada à indústria automobilística;
 - A falta crônica de saneamento básico e água potável em determinadas regiões, bem como sua transformação em mercadoria, com os problemas de saúde pública decorrentes;
 - A ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis e a recorrência de catástrofes ambientais que atingem sobretudo os mais pobres;
 - Problemas de poluição do ar, aquecimento do clima urbano, deterioração de rios e nascentes, redução da biodiversidade e das áreas verdes nas cidades, transformando-as em desertos urbanizados.
- **Promover, no âmbito local, a interação entre Humanidades, Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Arte e Tecnologia, por meio de práticas de conhecimento convergente baseadas em temas comuns** a contextualização prevista nas matrizes curriculares dos cursos e

a ampliação da interação por meio de atividades acadêmicas intercâmpis;

- **Mobilizar métodos de ensino atualizados e inovadores, que estimulem simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental**, combinando o uso de tecnologias digitais, escritórios pedagógicos de projeto e políticas públicas, canteiros de obras experimentais, laboratórios de ciências aplicadas e oficinas de materiais, ofícios e modelos;
- **Colaborar com as instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas** e territoriais, fóruns de prefeitos, redes de movimentos populares e organizações não governamentais – por meio da pesquisa, extensão, estágio e residência multiprofissional em cidades;
- **Estabelecer relações com o entorno e sua população por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região.** A futura localização do Instituto é propícia: em seu entorno estão combinadas moradias (grandes conjuntos habitacionais, autoconstrução, mutirões autogeridos e produção de mercado), indústrias, eixos de transportes, equipamentos comerciais e de lazer/cultura, chácaras remanescentes e áreas de preservação ambiental, síntese complexa de situações recorrentes nas grandes metrópoles brasileiras e do mundo, o que permite ações e investigações locais com caráter de exemplaridade.

Princípios

- A **vocação pública**, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública orientada pelas demandas sociais e novos modelos de desenvolvimento, deverá guiar o ensino, a pesquisa e a extensão no Instituto das Cidades, dirigidos às políticas e projetos que fomentem o interesse público, o bem comum, a equidade, a sustentabilidade, a ética, a criatividade e inovação, a economia solidária, em defesa do

direito a cidades melhores, mais justas, inclusivas e saudáveis;

- A **defesa da relevância e atualidade** na escolha de temas de ensino, extensão e pesquisa com a definição de problemas que afetam o cotidiano dos trabalhadores, em seus bairros e condições de vida nas cidades, a partir de uma realidade social, espacial e historicamente determinada, local e globalmente, como dado que precede e orienta a intenção e o método de pesquisar e ensinar;
- A **compreensão de que os temas, problemas e soluções sociais devem ser pensados considerando a dimensão territorial**, pois resultam das relações físicas e sociais, de poder, classe, econômicas, étnicas de gênero e culturais que constituem o meio construído, enfatizando no ensino, pesquisa e extensão a condição fundamentalmente territorial da vida cotidiana, dos sistemas ambientais às políticas sociais e de desenvolvimento;
- A **defesa da cooperação, inventividade e prazer na relação com o conhecimento**, criando contextos de ensino e aprendizagem que sejam criativos, estimulantes, participativos, colaborativos – em que professor e estudantes construam situações de diálogos motivadoras no encontro com o saber, evitando as práticas e atitudes de opressão, humilhação, repetição, sofrimento e competição que muitas vezes caracterizam as formas convencionais de ensino-aprendizagem;
- O ensino, a pesquisa e a extensão em **interlocução com a sociedade civil e suas organizações**, com aqueles para os quais a cidade é meio de vida e valor de uso, mantendo uma visão atenta e crítica em relação ao Estado e ao Mercado, a defesa da democracia plena, caracterizando casos, problemas e pesquisando soluções de forma dialógica e cooperativa, ouvindo as demandas, ideias e posições da população e aprendendo igualmente com seu saber e sua inteligência resolutiva em relação às carências cotidianas, modos de vida e bem-estar coletivo;

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sua **interlocução com os demais produtores da cidade**, entendendo o profissional formado no Instituto das Cidades como um dos agentes de uma cadeia mais ampla na construção do ambiente urbano, tendo consciência profissional e ética das consequências econômicas, políticas, sociais e ambientais de seus atos, prescrições e projetos para os demais produtores, em suas condições de trabalho, saúde e segurança, dando-lhe visibilidade, voz e atuando em cooperação, em especial com aqueles que estão nas situações mais vulneráveis – na extração de matérias-primas, na fabricação de materiais de construção e nos canteiros de obra, por exemplo;
- A **atuação interdisciplinar e coletiva** na compreensão e resolução de problemas complexos, como os da urbanização, orientará contextos de ensino-aprendizagem com grupos de estudantes de múltiplas formações (internas ao IC, mas também com as outras unidades e áreas de conhecimento da Unifesp), que deverão levar para sua vida profissional o princípio de atuação cooperativa multidisciplinar na avaliação e enfrentamento dos grandes problemas urbanos;
- A **indissociabilidade entre teoria e prática**, como princípio formador e integrador das atividades de ensino-aprendizagem, evitando a fragmentação do currículo em momentos estanques, com permanente problematização e pesquisa de soluções no sentido de um profissional capaz de agir de forma reflexiva e propositiva, simultaneamente;
- A **indissociabilidade entre meios e fins**, como meio de evitar a autonomização das soluções em relação aos contextos e problemas reais, a emergência de uma razão técnica e instrumental dissociada das questões substantivas, de modo a sempre emitir juízos de valor, éticos e profissionais sobre as decisões que estão sendo tomadas na execução de projetos e políticas para as cidades;
- A proposição de **políticas e tecnologias sociais e sustentáveis**, em oposição às tecnologias que degradam, exploram e subordinam os trabalhadores e os recursos naturais e impõem situações de insalubridade e sofrimento à totalidade da população – estimulando o ensino, pesquisa e extensão para propor novas e resgatar antigas formas de produção da cidade, desenvolvidas e controladas pelo conjunto dos trabalhadores, sustentáveis social e ambientalmente;
- A **defesa da memória dos lugares e da qualidade do ambiente construído** é princípio indissociável na transformação progressista das cidades em espaços de solidariedade, harmonia, felicidade e bem viver para todos os cidadãos, procurando soluções políticas e técnicas que favoreçam cidades que atendam de forma inteligente e criativa as necessidades de suas populações, que preservem de forma viva e integrada sua história, sua cultura e seu patrimônio material, imaterial e natural, que reforcem o sentido do seu lugar no mundo, que sejam a expressão de cidades e territórios que valorizem a diversidade de seus habitantes, seus contextos e memórias socioculturais e ambientais;
- **O caráter extensionista do Instituto das Cidades**, em diálogo com órgãos e serviços públicos, com escolas da rede pública de educação básica, com organizações de trabalhadores e movimentos sociais, cooperativas populares, observatórios e centros de pesquisa e de memória, procurando promover colaborativamente o avanço nas políticas públicas e tecnologias sociais que envolvam a prática dos cursos do IC, incentivando a cidadania e o poder dos cidadãos na transformação das nossas cidades e suas condições de vida.

b. Objetivos e Princípios do Curso de Administração Pública

Objetivo principal

Formar profissionais com espírito crítico, comprometidos com o interesse público, capazes de administrar cidades e políticas públicas, com sólido conhecimento sobre formulação, implementação, avaliação e monitoramento de políticas, planos e programas públicos, preparados para lidar com conflitos e que atuem na redução das desigualdades e no desenvolvimento de cidades justas e sustentáveis.

Objetivos específicos

- Formar administradores públicos capazes de lidar com interesses variados, contemplando princípios e mecanismos de gestão participativa, ética e baseada no espírito público aptos para atuar direta ou indiretamente na administração pública;
- Contribuir com a construção do conhecimento no campo da administração pública, com ênfase na temática de gestão de cidades;
- Estimular o desenvolvimento integrado das atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco na melhoria dos sistemas de gestão urbanos;
- Promover e estimular os valores e princípios da justiça e sustentabilidade das cidades;
- Desenvolver pensamento crítico, autônomo e protagonista; estimulando a compreensão sistêmica do ambiente urbano e do contexto histórico e social e a sua relação com as formas e estruturas de gestão;
- Proporcionar uma capacitação baseada em um amplo conhecimento multidisciplinar de forma que o aluno possa compreender a

complexidade da administração pública e a interdependência das ações dos gestores em diferentes áreas do ambiente urbano;

- Formar gestores com sólidos conhecimentos dos fundamentos, teorias e práticas da área da administração pública;
- Fomentar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas de gestão para a administração de cidades;
- Promover a integração interdisciplinar entre os cursos do Instituto das Cidades, promovendo ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos processos de gestão.

Princípios

De acordo com as DCNs do Curso de Administração Pública (2014) são princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública:

I - O ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II - A flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Incluímos também como princípio o incentivo a mobilidade nacional e internacional do estudante.

Os princípios direcionadores do Projeto Pedagógico do curso de Administração Pública estão em consonância com o projeto pedagógico da Unifesp:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** Na Universidade, o ensino em

seus diferentes níveis, a pesquisa e a extensão devem ser vistas como indissociáveis e interdependentes. O ensino está presente na formação do pesquisador e nas atividades extensionistas da Universidade, a pesquisa encontra na extensão e no próprio ensino, campos relevantes de investigação. Por outro lado, as atividades de extensão aproximam os estudantes da realidade local e regional da área de abrangência da Universidade e alimentam os projetos de pesquisa e construção de novos conhecimentos.

- **A pesquisa como elemento impulsionador do ensino e da extensão:** Diante do processo de avaliação e reestruturação em que se encontra o ensino superior no Brasil em que se espera um perfil de aluno ativo, questionador e construtor de seu próprio conhecimento, a pesquisa é importante no processo de formação do profissional. De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades brasileiras de 2000, “a pesquisa, compreendida como processo formador, é elemento constitutivo e fundamental do processo de aprender a aprender/aprendendo, portanto prevalente nos vários momentos curriculares”.
- **A prática profissional como eixo norteador do Projeto Pedagógico:** No processo de construção de conhecimento a prática necessita ser reconhecida como eixo a partir do qual se identifica, questiona, teoriza e investiga os problemas emergentes no cotidiano da formação. A prática não se reduz a eventos empíricos ou ilustrações pontuais. Se lida com a realidade e dela se retira os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens. Estrutura curricular, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem alicerçadas na prática, na forma em que esta se dá no contexto real das profissões, possibilitam que o processo de construção do conhecimento ocorra contextualizado ao futuro exercício profissional, reduzindo as dicotomias entre teoria e prática e ciclo básico e ciclo profissional. Em contraposição a modelos tradicio-

nais, a prática profissional será exercitada pelo aluno desde o início dos cursos, atuando como elemento problematizador para a busca do conhecimento necessário para o exercício desta prática. Possibilitará assim um reconhecimento, pelo aluno, da necessidade dos conteúdos escolhidos para compor a estrutura curricular, especialmente dos cursos de graduação.

- **Adoção de enfoques problematizadores:** As metodologias problematizadoras expressam princípios que envolvem assunção da realidade como ponto de partida e chegada da produção do conhecimento, procurando entender os conteúdos já sistematizados como referenciais importantes para a busca de novas relações. Encontra nas formulações de Paulo Freire um sentido de inserção crítica na realidade para dela retirar os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens.
As dimensões problematizadoras procuram constituir mudanças significativas na forma de conceber e concretizar a formação de profissionais, configurando uma atitude propositiva frente aos desafios contemporâneos.
- **A interdisciplinaridade:** O desenvolvimento da tecnologia e da ciência em vários campos disciplinares articulado com a crescente complexidade e o avanço significativo com que novas informações são produzidas traz o desafio da integração das disciplinas.
Assumimos que a ênfase interdisciplinar favorece o redimensionamento das relações entre diferentes conteúdos, contribuindo para que a fragmentação dos conhecimentos possa ser superada. Integrar também implica pensar em novas interações no trabalho em equipe multiprofissional, configurando trocas de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade, cooperação para efetivar práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercício permanente do diálogo. Nessa reconstrução é importante frisar o lugar fundamental das disciplinas: o espaço inter exige a existência de campos específicos que em

movimentos de troca possam estabelecer novos conhecimentos. Assim, a ênfase interdisciplinar demanda não a diluição das disciplinas, mas o reconhecimento da interdependência entre áreas rigorosas e cientificamente relevantes.

- **Valorização da participação ativa do estudante na construção do conhecimento:** A dinamicidade do mundo atual exige dos profissionais competências como autonomia e compromisso com o aprimoramento profissional. Neste sentido, propiciar atividades formadoras que estimulem o desenvolvimento destes atributos é fundamental. A aprendizagem implica em redes de saberes e experiências que são apropriadas e ampliadas pelos estudantes em suas relações com os diferentes tipos de informações. Aprender é, também, poder mudar, agregar, consolidar, romper, manter conceitos e comportamentos que vão sendo (re)construídos nas interações sociais.
- **Conduta facilitadora/mediadora do docente no processo ensino-aprendizagem:** As transformações sociais exigem um diálogo com as propostas pedagógicas, onde o professor assume um lugar de mediador no processo de formação do profissional. Nesse cenário, mediar não equivale a abandonar a transmissão das informações, mas antes construir uma nova relação com o conteúdo/assunto abordado, reconhecendo que o contexto da informação, a proximidade com o cotidiano, a aplicação prática, a valorização do que o aluno já sabe as conexões entre as diversas disciplinas, ampliam as possibilidades de formar numa perspectiva de construção do conhecimento.
- **Articulação com cenários de prática regionais:** A aproximação entre a universidade, e os cenários da futura prática profissional na Zona Leste deve funcionar como um meio de aproximar a formação do aluno às realidades, nacional e regional de trabalho. A percepção da multicausalidade dos processos demanda novos cenários para o ensino- aprendizagem na administração Pública.

- Nesta perspectiva, supõe-se uma reelaboração da articulação teoria-prática, ensino-aprendizagem-trabalho e, fundamentalmente, uma reconfiguração do contrato social da própria universidade com os cenários de potencial prática profissional futura.
- **A integração entre os diferentes níveis de ensino e pesquisa:** A convivência entre as atividades de graduação e pós-graduação, bem como das interfaces e interdependências que existem entre estes três momentos de ensino é um princípio deste PPC. Reconhece-se a necessidade de que não haja uma monopolização dos interesses docentes e dos recursos de infraestrutura/fomento em um espaço formativo ou de pesquisa em detrimento de outros, evitando secundarizar e ou marginalizar, especialmente, o ensino da graduação.
- **Dinamicidade do plano pedagógico:** construção e reconstrução permanente: Identifica-se, ainda, a necessidade de que o Projeto Pedagógico seja objeto de estudo pelo docente e pela Instituição, produzindo-se um conhecimento sobre sua importância no desenvolvimento do Projeto Pedagógico institucional e construindo alternativas para lidar com as dificuldades e entraves que emergem em todo o processo transformador. Para isto, é necessário ampliar a concepção de currículo como uma construção social que se elabora no cotidiano das relações institucionais, podendo ser analisado como: função social, refletida na relação escola-sociedade; projeto ou plano educativo; campo prático que permite analisar a realidade dos processos educativos dotando-os de conteúdo e território de práticas diversas; espaço de articulação entre a teoria e a prática e objeto de estudo e investigação.
- **Avaliação formativa retroalimentadora do processo ensino-aprendizagem:** A avaliação deve subsidiar todo o processo de formação, fundamentando novas decisões, direcionando os destinos do planejamento e reorientando-o caso seja necessário. Dentro da visão de que aprender é construir o próprio conhecimento, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Assim,

deve ser um mecanismo constante de retroalimentação, visando à melhoria do processo de construção ativa do conhecimento por parte de gestores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos.

- **Desenvolvimento docente:** Observa-se que, na universidade brasileira, interagem diferentes modelos de docência: o do pesquisador com total dedicação à universidade e uma sólida formação científica; o do professor reprodutor do conhecimento e o do professor que se dedica à atividade acadêmica, mas carece de uma formação consistente para a produção e socialização do conhecimento.

A institucionalização de práticas de formação docente torna-se, assim, fundamental. Tomar a própria prática (ação-reflexão-ação) como ponto de partida para empreender transformações no cotidiano do ensinar e aprender na Universidade coloca-se como eixo estruturante para o processo de formação/desenvolvimento docente. Para atingir a esses objetivos, especialmente o desenvolvimento da competência para o trabalho em equipe, na perspectiva interprofissional, este Projeto Pedagógico assume como direcionador das ações os princípios da educação interprofissional.

5. PERFIL DO EGRESSO

a. Do Instituto das Cidades

O Instituto formará profissionais voltados à garantia da cidade como nexos fundamentais dos direitos da cidadania, da defesa do interesse público e do bem comum, do atendimento às maiores e do desenvolvimento de um país mais equitativo e democrático – resultado do conhecimento integrado das soluções de Geografia, Urbanismo, Arquitetura, Engenharia, Design, Administração Pública e Turismo. O profissional formado no Instituto das Cidades terá formação que alia teoria e prática, com valorização do trabalho criativo e em equipe, do pensamento sistêmico, possibilitando que ele aprenda a delinear bem os problemas e seus fundamentos, colocando-os de forma clara, organizada e racional, facilitando a busca e desenvolvimento de soluções sustentáveis do ponto de vista tecnológico, social, ambiental e econômico. Será capaz de pensar e transformar as cidades, sendo ao mesmo tempo ousado em suas ideias, atualizado a respeito do debate internacional e com habilidade para procurar as forças políticas e sociais capazes de promover as transformações necessárias para cidades melhores e mais justas.

b. Do Curso de Administração Pública

O administrador público formado pelo Instituto das Cidades deve ser comprometido com um projeto político de cidade alicerçado na promoção da cidadania ativa, deve ter uma visão ampla do Estado e de políticas de bem-estar social, ser capaz de administrar democraticamente, exercer liderança, propor negociação, lidar com conflitos e situações de crise, contando com a participação, contribuição e considerando os interesses e necessidades dos diferentes setores sociais. Deve agregar as competências técnicas da Administração com a habilidade política para atender às demandas de desenvolvimento de cidades melhores e mais

justas, sendo capaz de definir prioridades e metas, gerir recursos escassos, atuar preventivamente, elaborar, implementar e consolidar projetos, programas e políticas públicas, ser criativo e ousado no desenvolvimento de tecnologias administrativas orientadas pelo ethos público e para o bem público, tendo em vista a utilização eficiente de recursos escassos. Atuará com raciocínio lógico, crítico e analítico para promover a melhoria da vida na e das cidades, expressando-se de modo inovador e objetivo nos diferentes contextos organizacionais, sociais e regulatórios.

Habilidades e Competências

Definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Administração Pública (2014) o curso de Administração Pública deverá:

- *Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;*
- *Apresentar soluções para processos complexos;*
- *Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;*
- *Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;*
- *Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;*
- *Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação*

adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

- *Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.*

Ênfases dadas pelo Curso da Unifesp

- Conhecimento crítico-propositivo em relação aos problemas da sociedade e das cidades brasileiras;
- Entendimento do administrador público como profissional que interage com diversos profissionais e com os cidadãos em uma cidade e que lida com conflitos.
- Preparação para o trabalho em equipe, colaborativo, reflexivo e criativo na resolução de problemas complexos e interdisciplinares da urbanização e das políticas públicas;
- Iniciação em pesquisa de alto nível sobre os problemas e potencialidades urbanas;
- Conhecimento de instrumentos e ferramentas de gestão e de interlocução com a sociedade, instituições e movimentos sociais, na construção de projetos e planos com participação popular e diálogo com os cidadãos.

c. Campo de atuação profissional

O administrador público atua profissionalmente em organizações governamentais nas três esferas (União, estados e municípios), nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em organizações da sociedade civil com atuação pública (ONGs, Fundações, Institutos, Associações, OSCIPs) e organizações privadas que atuam com organizações públicas.

Campos de atuação priorizados pelo Curso da Unifesp

O curso de Administração Pública apresentará aos estudantes diferentes espaços de atuação profissional ao longo do processo formativo e estimulará que profissionais destes espaços de atuação dialoguem e se interessem pelos estudantes e egressos do Instituto das Cidades para programas de estágio, parcerias ou para integrarem o quadro profissional permanente. São eles:

a. Prefeituras: em diversas secretarias, órgãos e subprefeituras, como responsáveis por questões voltadas à gestão pública e de políticas públicas;

b. Órgãos públicos estaduais e federais;

c. Centros de pesquisa e formulação de políticas públicas ligados a universidades ou entidades civis sem fins lucrativos, que colaboram na reflexão crítica, concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas;

d. Organizações da sociedade civil e organizações multilaterais;

e. Assessorias técnicas à população, comunidades e movimentos sociais, atuando como profissional autônomo, em ONGs e cooperativas, ou ainda associado a políticas públicas para realizar projetos participativos e obras com autogestão dentro de programas públicos que favoreçam a economia solidária e suas tecnologias sociais;

f. Organizações privadas voltados a projetos e obras públicas, integrando equipes interdisciplinares contratadas para a realização de planos, projetos e obras públicas de todos os portes e complexidades;

g. Organizações privadas organizadas como empreendimentos de economia solidária, isto é, como cooperativas (uniprofissionais ou mistas);

h. Centros de pesquisa no setor público ou privado;

i. Instituições de ensino de administração pública e áreas correlatas, realizando pós-graduação e ingressando como professores em cursos públicos e privados, colaborando para irradiar e multiplicar os princípios e objetivos que norteiam o curso da Unifesp e colaborando para uma mudança global na formação em nosso campo.

6. FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E LINHAS INTERDISCIPLINARES

Os oito cursos previstos para o Instituto das Cidades são baseados em Fundamentos Políticos Pedagógicos e Linhas Interdisciplinares que fomentam diálogos temáticos.

Fundamentos político-pedagógicos

Para tratar de temas que podem orientar a educação integral dos profissionais formados pelo Instituto das Cidades, optou-se por priorizar aqueles que apresentam, na atualidade, maior urgência social e que podem favorecer a compreensão da realidade e a participação cidadã. Tratam-se, portanto, de abordagens que permitam aos alunos desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a passividade para intervir na transformação social de forma responsável. Sua complexidade faz com que nenhuma das unidades curriculares da matriz pedagógica, isoladamente, seja suficiente para abordá-los.

Ao invés de fragmentar ou compartimentar o ensino e a aprendizagem, os fundamentos político-pedagógicos orientam o trabalho nas unidades curriculares de modo sistemático e contínuo, no decorrer de toda a formação do profissional, possibilitando um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas.

Os fundamentos político-pedagógicos resumem valores e dimensões a serem almejadas em todas as atividades de ensino-pesquisa-extensão. São eles:

- **ÉTICA, EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL**
- **DIVERSIDADE E PLURALIDADE SOCIO-CULTURAL**
- **TRABALHO COLETIVO E COLABORATIVO**
- **ESPÍRITO CRÍTICO E INVESTIGATIVO**
- **CONTEXTUALIZAÇÃO DE TEMAS E SUAS CONJUNTURAS**
- **INVENTIVIDADE E PRAZER PELO CONHECIMENTO**
- **SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Linhas interdisciplinares

O objetivo das Linhas Interdisciplinares é estimular a convergência em temas de ensino, pesquisa e extensão, metodologias, processos de ensino-aprendizagem na graduação e pós-graduação. Todos os cursos terão representantes em todas as linhas temáticas e vice-versa, de modo a garantir a integração e o diálogo interdisciplinar. Todos os docentes farão parte, ao menos, de um colegiado de curso e de um colegiado temático da linha. Todas as Unidades Curriculares devem estar associadas a uma linha e a um ou mais cursos.

Cada Linha Interdisciplinar contará com um coordenador e um vice-coordenador, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC), em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos e linhas do IC. O coordenador da Linha será membro da Câmara Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão e deverá encaminhar as demandas da sua linha àquela instância de deliberação. As sete Linhas Interdisciplinares são:

1. Estado e políticas públicas. Exemplos de temas: Teorias e Organização do Estado; Geografia Política; Estado, Poder e Sociedade na América Latina; Democracia, participação e controle social; Políticas Públicas e sua dimensão territorial; Orçamento e Finanças; Direito constitucional, administrativo e legislação; Poder Republicano, ordenamento jurídico e burocracia; Teorias e ferramentas do Planejamento e da Administração; Compras públicas e Licitações; Convênios, Contratos, Concessões e Parcerias público-privadas; Gestão com Pessoas; Metodologias e indicadores de Avaliação em políticas públicas; Avaliação de Risco em políticas públicas; Pesquisa de opinião pública; Órgãos Controladores e Auditorias; Governança; Ética; Dinâmicas político-eleitorais nas cidades.

2. Sociedade civil e direito à cidade. Exemplos de temas: Teoria e história da urbanização; Cidade

e o urbano na contemporaneidade; Os dinamismos e desigualdades das cidades e metrópoles latino-americanas; Classes sociais, acesso à terra e segregação socioespacial; Distribuição social da riqueza urbana; Movimentos sociais, reforma urbana, reforma agrária e conflitos territoriais; Dinâmicas populacionais, migrações e êxodos; Direito constitucional; Direito urbanístico, ambiental e ordenamento jurídico-territorial; Patrimonialismo e aplicação seletiva da lei; Os discursos e as políticas da cidade (planos estratégicos, cidade parque, cidade competitiva, cidade global etc.); Estratégias e táticas não hegemônicas de produção, uso e apropriação da cidade; Tecnopolíticas e novo ativismo urbano; Mídia, opinião pública e representações ideológicas da cidade; Cidades inclusivas; Questões de gênero, relações Étnico Raciais e Poderes; Violência urbana e repressão.

3. Território, trabalho e desenvolvimento.

Exemplos de temas: Economia política da urbanização; As relações entre Estado, Mercado e Sociedade no Planejamento urbano, metropolitano e regional; Mercado de trabalho nas cidades; Mercado Financeiro, Mercado Imobiliário e o circuito de valorização de capital no espaço urbano; Estudos metropolitanos e metropolização; Estratégias territoriais das empresas; Divisão do trabalho, especializações produtivas e dinâmica regional; Políticas de implantação e modernização de grandes infraestruturas e suas formas de planejamento, gestão e regulação; O setor da construção, capitais e trabalhadores; Operários da construção e suas representações de classe; Desenvolvimento local e regional; Geografia econômica; Economia solidária, economia popular, trabalho, renda e território; Modalidades e formas de propriedade do solo; Dinâmicas contemporâneas do espaço rural.

4. Gestão ambiental e de riscos. Exemplos de temas: As interfaces entre a cidade e os recursos naturais: sistema de drenagem e recursos hídricos, os solos e a geotécnica, micro e meso climas; Direito ambiental; Tecnologias e infraestruturas de baixo impacto socioambiental; Paisagem e Paisagismo; Gestão de Resíduos Sólidos (Redução, Reciclagem e Reuso); Regeneração de áreas degradadas; Eficiência energética; Controle sanitário; Ciclo de

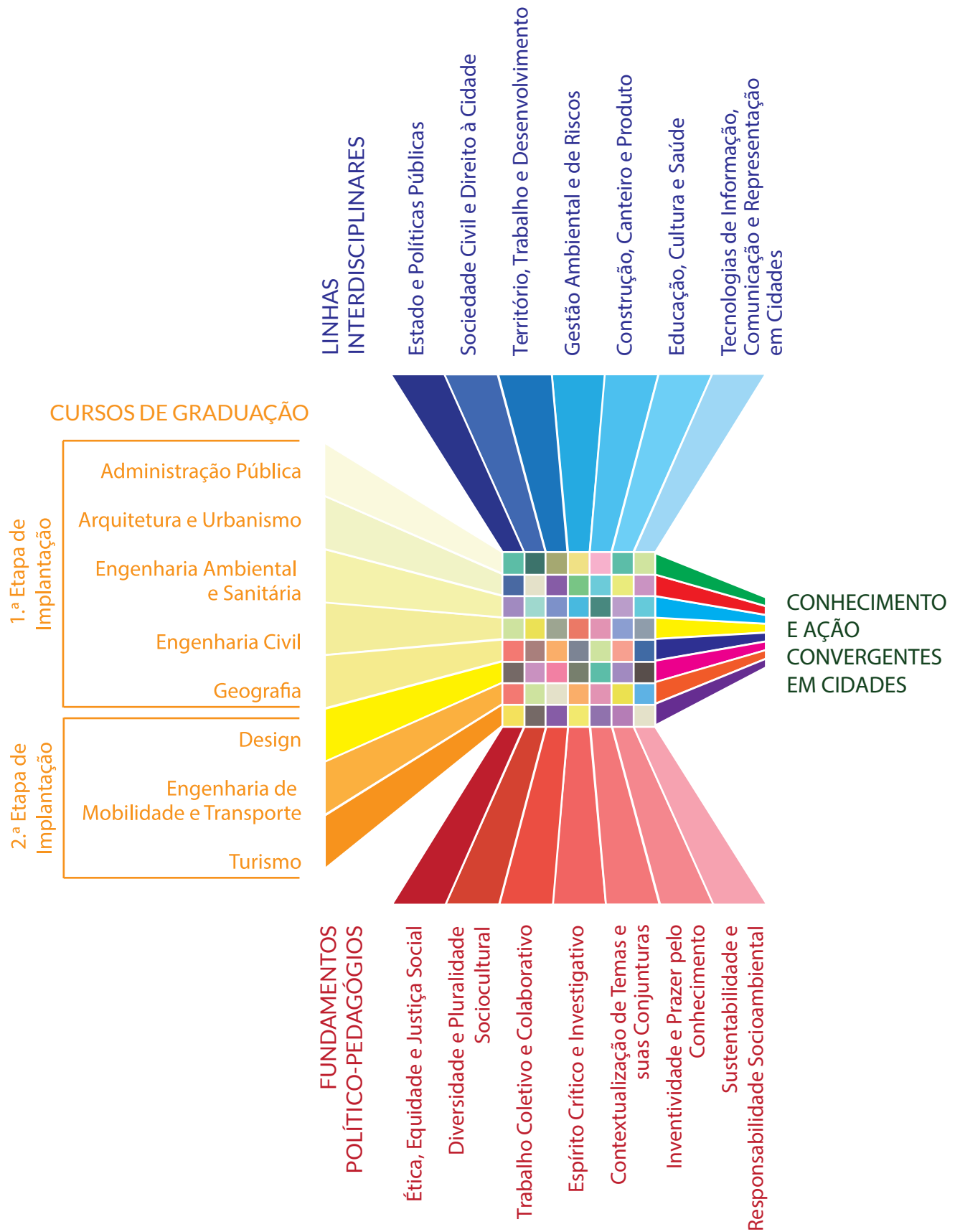
Vida de produtos e logística reversa; Certificações ambientais; Estudos de impacto ambiental; Análise e gestão de áreas de risco (ambiental e geotécnico); Gerenciamento de emergências e catástrofes urbanas.

5. Construção, canteiro e produto. Exemplos de temas: Teorias e histórias da arquitetura, da engenharia e do trabalho de construir; Teoria e história do design, artesanato e indústria; Teorias e história das técnicas e tecnologias; Projeto (produto e processo) de objetos, edificações, fundações, estruturas e infraestruturas; Gestão de Projetos; Metodologias de Projeto; Materiais e matérias-primas; Sistemas e Instalações prediais e condominiais; Tecnologias construtivas e industriais; Reutilização e readequação do ambiente construído; Controle Ambiental em Edificações (Térmico, Acústico, Lumínico); Ergonomia; Ofícios e “saber-fazer”; Experimentação construtiva em canteiros de obras; Processos produtivos; Sociologia e Psicologia do Trabalho; Atividades de ensino-aprendizagem nos espaços de produção; Saúde e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e Eficiência (do objeto, edifício, infraestruturas); Impacto ambiental em canteiros de obra e indústrias; Custos de operação e manutenção.

6. Educação, cultura e saúde. Exemplos de temas: Pedagogia, Educação e/na Cidade; Teoria e História da Educação; Políticas educacionais e formação de professores/educadores; Currículo e inovações educativas; Metodologia e Didática de Ensino; Educação inclusiva; Estudos Culturais; Patrimônio histórico urbano material e imaterial; Antropologia Urbana; A relação entre cultura e território; Questão de gênero e cidades; Raça, etnia e cidades; Escravidão e urbanização, e seus legados nas cidades brasileiras; Políticas culturais, valorização imobiliária e “gentrificação”; Religiões e religiosidades na vida urbana; Geografia da diferença; Estética e História da Arte; Cinema, Artes Visuais e Cidade; Literatura, Poesia, Música e Cidade; Teatro e Cidade; Turismo cultural; Gastronomia e Hotelaria; Educação Ambiental; Saúde pública, coletiva e preventiva; Cidades saudáveis; Segurança alimentar; Agricultura urbana e nutrição.

7. Tecnologias de informação, comunicação e representação de cidades. Exemplos de temas: Sistemas de informação urbanas; Controle e monitoramento em tempo real; Salas situacionais; Drones e dispositivos móveis; Análise de topologia de redes; Cartografia, Geoprocessamento (GIS, GPS, Mapas temáticos etc.), Topografia e Geodésia; Projeto Digital, *Softwares* colaborativos, Simulações, *Cyberspace*, Games, Programação de Softwares; Representação gráfica bidimensional e tridimensional, analógica e digital, do objeto, do edifício, território e paisagem; Realidade ampliada em projetos urbanos e edificações; Modelagem de informação em edificações (BIM); Desenho livre e Desenho técnico; Comunicação social e suas linguagens; Diagramas; Infográficos; Redes digitais.

QUADRO 1 Matriz Acadêmica do Instituto das Cidades



7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

a. Narrativa e síntese progressiva

O curso contém em si uma linha mestra e várias narrativas complementares, reconhecidas e trilhadas pelos estudantes. Constrói de um enredo do aprendizado, a partir de uma narrativa que parte da experiência vivida (mais imediata), faz genealogia e contextualização dos problemas (tempo, lugar e teoria) e estudos de futuro/resolução por meio de ação projetual imaginativa (como práxis). O objetivo é evitar o currículo fragmentado, labiríntico, em que o estudante cumpre tarefas (quando muito), e não constrói autoconsciência e autonomia em seu processo formativo.

O projeto do curso de Bacharelado em Administração Pública da Unifesp é fruto da reflexão sobre o perfil do egresso da profissão regulamentada pela Lei Federal 4.769/1965, e considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN do Curso de Graduação em Administração Pública, estabelecidas na Resolução Nº 1, de 13 de janeiro de 2014 pautou-se pela interdisciplinaridade, diversidade, sustentabilidade e inclusão visando formar quadros para o país. Tomando como base a categorização proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais, os conteúdos dos estudos organizados em Conteúdos de Formação básica e Conteúdo de Formação profissional. Historicamente, o ensino de Administração no Brasil passou por dois momentos marcados pelos currículos mínimos aprovados em 1966 e 1993, culminando com a apresentação da proposta de diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Administração elaboradas por Comissão Especialistas de Ensino de Administração da SESu/MEC. As diretrizes curriculares nacionais foram atualizadas por meio da Resolução do MEC de 13 de julho de 2005.

A narrativa de cada estudante sobre o processo de aprendizado é condensada progressivamente em um documento denominado no Instituto das Cidades de “Memorial” (ver item 11.a). Este memorial é analisado por tutores e em discussões coletivas ao longo de todo o curso e apresentado, em

sua forma final, sintética, junto com o Trabalho de Conclusão de Curso (item 19.b).

Cada tema relevante de ensino-aprendizagem tem um movimento, que constitui uma narrativa. Parte do real (situação), seu reconhecimento (genealogia e problematização) em direção ao projeto (resolução ou aprofundamento do conflito). A reflexão-ação processual é uma metanarrativa, consciente do seu trajeto, meios e fins.

Os cursos têm diversos momentos de convergência (ver capítulo 14). Destacam-se, do ponto de vista da narrativa e síntese progressiva, uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão:

- **Primeiro semestre de todos os cursos é baseado no tema “Cidades Vividas, Cidades Imaginadas”**, em que a pergunta é comum a todos os cursos, mas as lentes com as quais a cidade é observada e as formas para analisar, explicar e interpretar como ela se apresenta e imaginar transformações possíveis são próprias a cada formação acadêmica e profissional. Ao longo do semestre, debates e exposições intercursos permitirão que cada um comece a formar sua própria identidade e reconhecer no outro diferenças e complementariedade, estimulando a vontade de diálogo. *Como arquitetos-urbanistas, administradores públicos, engenheiros e geógrafos compreendem e retratam as cidades? Por que o fazem de diferentes formas? Como imaginam o futuro delas? O que cada um pode propor para melhorar as cidades? Quais as linguagens e formas de representação e comunicação utilizadas por cada área profissional?*
- **Ao longo da formação são diversos os “pontos de encontro” entre cursos e estudantes**, entre eles as UCs obrigatórias fixas do Instituto (34 UCs comuns para 2 ou mais cursos) e as UCs obrigatórias eletivas do Instituto; as atividades de pesquisa na graduação; extensão; atividades complementares; viagens de estudo; TCC em projetos comuns etc. Esses momentos permitem narrativas individuais, coletivas e de grupos de interesse entre os estudantes, compondo novas

formas de percorrer o curso e construindo autonomia progressiva.

- **Ao final do curso, no penúltimo semestre de todos os cursos, ocorrem Escritórios Integrados em projetos e políticas públicas com temas eleitos e possíveis parcerias com movimentos sociais, organizações públicas ou privadas com fins públicos.** Trata-se de um momento especial da formação, em que estudantes e professores de todos os cursos trabalham em conjunto, baseados no espaço dos escritórios, mas podendo utilizar os demais espaços pedagógicos do ELO (ver item 15.a) e outros de interesse, para desenvolver análise e propostas para uma situação-desafiadora da conjuntura que foi eleita no início do semestre. São temas pedagógicos nesse momento a própria metodologia e seu processo para dar conta do desafio, mobilizando também ações de pesquisa e extensão. Os Escritórios Integrados são assim, uma importante oportunidade para avaliar a capacidade do Instituto das Cidades em formar profissionais preparados para o trabalho cooperativo, reconhecendo a complementariedade entre profissões, a relevância na escolha de temas, seu impacto social e para o futuro das cidades e sociedades.

O percurso formativo, do primeiro ao último semestre, propõe igualmente uma **Autonomia e Síntese Progressivas**. Pressupõe que a consolidação dos conhecimentos abordados nos processos de ensino-aprendizagem vivenciados ao longo do curso se dê através de sínteses progressivas realizadas pelo estudante em seu percurso formativo, em integração/interlocução continuada com os demais cursos.

A Síntese progressiva e a construção da autonomia e discernimento ocorrem ao longo de uma Unidade Curricular e Bloco Temático, por meio de:

- Cadernos de Vivências de Campo (ver, ouvir e registrar);
- Trânsito por escalas (local, regional, nacional e global);

- Trânsito por temporalidades (regressão-progressão no tempo histórico);
- Diálogos entre saberes (intercursos e com saberes “não acadêmicos”);
- Trabalhos e atividades individuais e coletivas (identidade e cooperação);
- Exercícios de resposta rápida em aula (método e intuição fundamentada);
- Estudos e projetos lentos, de acúmulo em reflexão-ação sistemática (profundidade).

Ao longo do curso, o movimento de síntese ocorre com os seguintes vetores:

- Vetor de complexidade dos temas/problemas;
- Vetor de técnicas de representação (saber narrar/comunicar/convencer);
- Vetor de autonomia e escolhas dos estudantes.

b. Núcleos Temáticos

Os núcleos temáticos permitem a articulação entre blocos de unidades curriculares e as múltiplas formas de apreensão de conhecimento no curso em torno de **temas-geradores temporais** (semestrais) e problemas de pesquisa e projeto, visando dar melhor organicidade e integração dos conteúdos correlatos e expressando as vertentes principais do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e do Curso de Administração Pública.

A escolha do tema, de forte potencial pedagógico e relevância são estratégicos para a definição do perfil do curso. Uma escolha nega outra, afirma uma tomada de posição político-pedagógica. Cada Núcleo Temático tem ementa própria definida por curso, organizam as UCs envolvidas e as atividades do semestre, resultando em processos pedagógicos irradiadores e integrados entre teoria e prática e avaliação conjunta dos processos de ensino-aprendizado, com escolhas comuns de casos, problemas e recortes territoriais.

O Núcleo Temático permite minimizar a fragmentação curricular ao favorecer a interdisciplinaridade, a articulação contínua entre teoria e prática, a convergência interna ao curso e o diálogo com outros cursos:

- Temas podem ser compartilhados por dois ou mais cursos, em semestres diferentes, integrando formações distintas e estudantes em momentos diferentes de seus cursos, favorecendo trocas entre eles;
- Professores que estão integrados ao tema podem receber os estudantes em laboratórios, escritórios e oficinas com mais flexibilidade (exemplo: o início se dá com mais ensaios em laboratórios, passa por atividades de projeto em escritórios pedagógicos e termina com modelos e protótipos em oficina e canteiro);
- Professores integrados ao tema, com formações diferentes e cursos de origem distintos, favorecem um aprendizado integrado em que o estudante aprende visões diferentes de problematizar e projetar.

A progressão dos Núcleos Temáticos constituindo uma narrativa de processo formativo é apresentada no tópico 8 a seguir.

c. Percurso Formativo Curso de Administração Pública

O percurso formativo do curso propõe uma sucessão de Núcleos Temáticos semestrais constituindo um currículo em narrativa que orienta o entendimento de sentidos e objetivos de ensino-aprendizagem, a formação do discernimento por sínteses progressivas e a subsequente construção de autonomia intelectual por parte dos estudantes.

O 1º Semestre do curso de Administração Pública, como dos demais cursos, tem como tema CIDADES VIVIDAS E IMAGINADAS. Como semestre inicial, de ingresso do estudante à vida universitária, ele terá vários objetivos complementares: a sensibilização para a vida universi-

tária e para os princípios político-pedagógicos que orientam o Instituto das Cidades; o reconhecimento da experiência vivida de cada estudante nas cidades como ponto de partida para a definição de temas e situações que favoreçam a desnaturalização da vida cotidiana, saindo do senso comum e construindo discernimento crítico, hipóteses e métodos para a investigação urbana; apresentando ideias e conceitos de cidades, promovendo a reflexão sobre o viver nas cidades considerando seus paradigmas, problemas e aspectos positivos; por fim, o estímulo à imaginação de novas cidades, novas sociedades e suas formas de ocupação física dos territórios, transitando da problematização inicial para proposição de soluções e alternativas. O semestre termina com uma grande exposição compartilhada com os demais cursos sobre o tema “Cidade vivida/imaginada” em que as diferentes formações e profissões do IC vão apresentar como descrevem, perguntam, representam e imaginam as cidades.

O 2º Semestre, com o tema COMO FUNCIONAM AS CIDADES? Por quem? Para quem? E Como? Tem como objetivo principal introduzir o funcionamento das cidades a partir da perspectiva da administração pública considerando princípios básicos de gestão e suas ferramentas, assim como analisar os direitos dos cidadãos e a lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988.

O 3º Semestre, com o tema ESFERA PÚBLICA: Tensões, desafios e potencialidades das cidades tem como objetivo apresentar a cidade dentro de um contexto de esfera pública, rede onde se comunicam informações e pontos de vista destacando o espaço, os atores, as instituições e as relações presentes em uma cidade, assim como as desigualdades existentes, os desafios e as potencialidades.

O 4º Semestre, A POLÍTICA POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, apresenta as Políticas Públicas por áreas conectando com as cidades e com o ciclo de políticas públicas, assim como com os atores envolvidos no processo, apresentando a complexidade existente nas cidades e na política assim como a conexão entre as diferentes políticas. O 5º Semestre, com o tema A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PRÁTICA gira em torno de uma simulação de cidade que permitirá aos alunos vivenciarem a gestão na prática, mostrando

o trabalho interdisciplinar e a importância do pensamento sistêmico. O 6º Semestre, com o tema GESTÃO DE METRÓPOLES, discutirá as dimensões e os problemas integrados em contextos metropolitanos, apresentará um conjunto de instrumentos e procedimentos de planejamento, aspectos políticos e projetuais, assim como casos de megacidades mundiais. O 7º Semestre, com o tema AVALIAÇÃO E CONTROLE NAS CIDADES PARTICIPATIVAS: Eficiência, eficácia e efetividade apresenta conceitos e mecanismos fundamentais de avaliação e controle da administração pública assim como a participação da sociedade civil neste processo. O 8º Semestre, com o tema CIDADES SAUDÁVEIS E INCLUSIVAS: O bem-estar na cidade, focará na saúde, no bem-estar, na longevidade e na qualidade de vida nas cidades. Não se trata apenas de viver nas cidades, mas de viver bem. É um semestre de finalização do curso e de reflexão através do trabalho de conclusão de curso e da síntese da narrativa pessoal

Detalhamento do percurso formativo e objetivos por UCs convergentes ao tema

1º Semestre

Núcleo temático: CIDADES VIVIDAS E IMAGINADAS: Conhecendo e vivendo as cidades.

Situação de ensino aprendizagem: o objetivo neste semestre é que o aluno seja apresentado a ideias e conceitos de cidades e que reflita sobre o viver nas cidades considerando seus paradigmas, problemas e aspectos positivos. O semestre é relativamente livre e aberto, mas com foco em conhecimentos de fundamentação, permitindo aos alunos que iniciem a elaboração do memorial do percurso formativo, necessário para a construção de um enredo do aprendizado ao longo dos próximos anos.

Trata-se de um semestre de acolhimento, diálogo e encantamento pelo curso e pelo Instituto das Cidades. Ao longo do semestre acontecerão encontros entre todos os cursos para troca de métodos e resultados dentro do tema, reconhecendo as diferentes abordagens, metodologias e formas de pensar-agir próprias a cada curso.

Contextos significativos: Toda a cidade vivida pelos estudantes (individual e coletivamente), seus percursos e pontos de chegada / permanência constituem contextos de aprendizado, problematização e procura de soluções. Reconhecimento do entorno do Campus e primeiro diálogo com seus habitantes e comunidades.

Pesquisa: Apresentação crítica dos instrumentos de observação e registro e das metodologias de trabalho de campo, documentação e pesquisa. Introdução à pesquisa-participante, copesquisa, pesquisa-ação, etnografia, fotoetnografia e formas dialógicas de pesquisa sujeito-sujeito. Reconhecimento de diferentes modos de conhecer e de agir nas realidades. Exercícios dirigidos ao levantamento e à representação da cidade vivida e início do caderno de memorial de percurso.

Extensão: Reconhecendo situações e sujeitos interlocutores e parceiros para práticas extensionistas futuras. Diálogo com comunidades, movimentos, entidades, escolas da região de entorno do Campus. Realização de debates, audiências, conhecendo os problemas enfrentados pela população da região e práticas transformadoras.

Unidades Curriculares:

- **Cidades vividas, cidades imaginadas (na leitura do administrador público).** Objetivo: Os alunos irão à campo e farão uma reflexão e registro da sua experiência (individual e coletiva) com a cidade real através de um caderno de vivências com o intuito de vivenciar os diferentes momentos de vida em uma cidade: nascer, crescer, amadurecer e envelhecer na cidade. Adicionalmente, pensarão em visões de futuro alcançando a Cidade Imaginada. Metodologias de pesquisa qualitativa.
- **Passado, presente e futuro: historiografia e política das cidades.** Objetivo: A história e a evolução das cidades desde o seu surgimento até os dias de hoje com o aparecimento das grandes metrópoles. Apresentação dos fundamentos da teoria política através de textos clássicos e contemporâneos.

- **Dinâmica social das cidades.** Objetivo: Fundamentos da psicologia e da sociologia através da noção de indivíduo/cidadão, contextualizando com princípios da sociologia e da vida em sociedade como separação entre esfera pública e esfera privada, individual e comunitário, diferenças e igualdades. Ênfase em parâmetros universais para a construção da igualdade como democracia, cidadania e direitos.
- **Fundamentos da administração e das políticas públicas.** Objetivo: O que é administração pública, política pública e ciclo de política pública. Análise histórica considerando os diferentes modelos de administração pública (patrimonialista, burocrático, gerencialista, participativo) e as funções administrativas do serviço público.
- **Emergência urbana: Debates sobre as cidades.** Objetivo: Debater as diferentes escalas, contextos e conformações das cidades contemporâneas e da história das cidades em temas emergentes e urgentes, com convidados das mais diferentes formações e posições políticas, sociais e institucionais.
- **Culturas da cidade.** Objetivo: Sociabilização entre os cursos, com shows, saraus, peças, filmes, performances, dentre outras práticas culturais, introduzindo a relação cultura-cidade como nexos fundamentais em uma formação ampla, crítica e criativa dos estudantes e professores.
- **Expos cidades vividas, cidades imaginadas.** Objetivo: Ao final do semestre, exposição e debates a partir dos produtos de todos os cursos do IC, para reconhecimento e discussão da variedade de olhares e representações das cidades vividas/imaginadas dadas pelas diferentes profissões, suas hipóteses, métodos, técnicas e questões.
- **Memorial de percurso formativo.** Objetivo: Reflexão e análise do processo de aprendizagem do estudante do semestre.

2º Semestre

Núcleo temático: COMO FUNCIONAM AS CIDADES? Por quem? Para quem? E Como?

Situação de ensino aprendizagem: Este semestre tem como objetivo principal introduzir o funcionamento das cidades a partir da perspectiva da administração pública considerando princípios básicos de gestão e suas ferramentas. Serão analisados os direitos dos cidadãos e a lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988 dentro da estrutura federativa do Estado Brasileiro, os fundamentos da administração pública e das políticas públicas, os fundamentos da contabilidade pública e da formação social e econômica do Estado e das cidades brasileiras.

Contextos significativos: Compreender as cidades (pequenas, médias e grandes) em seu funcionamento levando em consideração as suas desigualdades e as suas limitações, mas destacando o potencial criativo dos cidadãos para a resolução de problemas e minimização dos mesmos.

Pesquisa: Continuidade da apresentação crítica dos instrumentos de observação e registro e das metodologias de trabalho de campo, documentação e pesquisa iniciados no primeiro semestre. Pesquisa-participante, copesquisa, pesquisa-ação, etnografia, fotoetnografia e formas dialógicas de pesquisa sujeito-sujeito. Reconhecimento de diferentes modos de conhecer e de agir nas realidades. Exercícios dirigidos ao levantamento e à representação do funcionamento das cidades. Continuidade do caderno de memorial de percurso.

Extensão: Continuidade do contato com as comunidades e grupos de cidadãos iniciado no primeiro semestre visando conhecer as suas iniciativas e estabelecimento de trabalhos conjuntos. Ida à comunidade e também fortalecimento de uma universidade aberta a todos.

Unidades Curriculares:

- **Realidade brasileira: formação social, geográfica e econômica.** Objetivo: Abordar e discutir os processos formadores do Brasil por meio de obras de referência de autores que, a partir de diferentes campos do conhecimento, buscaram interpretar e compreender a realidade nacional.

Possibilitar a formação de uma consciência crítica do Brasil necessária para compreender e enfrentar as problemáticas urbanas contemporâneas.

- **A lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988.** Objetivo: Apresentar os princípios do direito constitucional e o impacto da Constituição Federal de 1988 nas cidades destacando a autonomia e os limites da ação da gestão pública municipal, assim como a organização dos poderes no município.
- **As bases jurídicas e administrativas das cidades.** Objetivo: Apresentar os conceitos do direito administrativo, os princípios e poderes da administração pública, os atos administrativos, contratos administrativos, concessões de serviços públicos. Responsabilidades do Estado. O processo de licitação, de contratação, de execução, acompanhamento e avaliação dos contratos.
- **Orçamento público:** Objetivo: Apresentar os princípios da contabilidade pública e da administração financeira utilizando o orçamento público como objeto de análise considerando o ciclo orçamentário que abrange o Plano Plurianual (PPA), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei do Orçamento Anual (LOA) e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de cidades e estados brasileiros, assim como o da União.
- **Finanças públicas.** Objetivo: Discutir os princípios da matemática financeira através do entendimento do federalismo fiscal e do sistema tributário brasileiro. Finanças públicas locais, política fiscal e provisão de bens públicos nos estados e municípios. Através do entendimento das contas públicas e do processo de arrecadação e alocação de recursos fiscais no país o aluno compreenderá princípios da matemática financeira e de como as políticas públicas se concretizam.
- **Dinâmica econômica das cidades.** Objetivo: Através da dinâmica das cidades serão apresentados aos princípios da microeconomia: oferta,

demanda e elasticidade, teoria do consumidor e teoria da firma, estrutura de mercado e seus determinantes. Teorias econômicas da dinâmica territorial urbana, o território no pensamento dos economistas clássicos, na escola alemã e os modelos gravitacionais da economia espacial, urbanização e aglomerações industriais, sistemas urbanos e subcentros. Sistemas produtivos como sustentação da vida social.

- **Memorial de percurso formativo:** Objetivo: Reflexão e análise do processo de aprendizagem do estudante do semestre.
- **Expo e fórum de debates anual.** Objetivo: Ao final do ano, exposição e fórum de debates a partir dos produtos de todos os cursos do IC, para reconhecimento e discussão da variedade de temas e propostas para cidades pelas diferentes profissões, suas hipóteses, métodos, técnicas e questões.
- **Eletiva intercursos 1**

3º Semestre

Núcleo temático: ESFERA PÚBLICA: Tensões, desafios e potencialidades das cidades.

Situação de ensino-aprendizagem: este semestre tem como objetivo apresentar a cidade dentro de um contexto de esfera pública, rede onde se comunicam informações e pontos de vista destacando o espaço, os atores, as instituições e as relações presentes em uma cidade e as desigualdades existentes, os desafios e as potencialidades.

Contextos significativos: Compreensão dos diferentes atores e grupos de interesse que estão presentes nas cidades, sua forma de articulação, negociação, participação e embates.

Pesquisa: Acompanhamento dos diversos atores, grupos e movimentos sociais buscando analisar a sua forma de atuação. Ênfase aos estudos etnográficos, foto etnográficos, pesquisa-ação, observação participante, co-pesquisa, entre outros. Introdução à pesquisa quantitativa e à sua importância para a avaliação de políticas públicas.

Extensão: Atuação através de iniciativas

diversas dos docentes e dos diferentes projetos/ programas no campus como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, entre outras.

Unidades Curriculares:

- **Democracia e instituições políticas brasileiras.** Objetivo: Abordar as teorias da democracia e as instituições políticas brasileiras através de uma análise histórica sobre as diferentes correntes democráticas para aprofundar nas teorias contemporâneas de democracia participativa, deliberativa, desenvolvimentista e conectada, chamando a atenção para as desigualdades de oportunidades, a segregação racial e residencial, entre outros.
- **Relações intergovernamentais e o impacto nas cidades.** Objetivo: Abordar a relação entre os três poderes: executivo, legislativo e judiciário e as relações interfederativas entre governos federal, estadual e municipal. Definição de competências e possibilidades de colaboração e consórcios. O papel das agências reguladoras.
- **Ativismo social.** Objetivo: Apresentar uma análise histórica dos movimentos sociais e movimentos sindicais e sua relação com as cidades através de diferentes lutas e apresentação dos novos paradigmas do participacionismo no século XXI a atuação das organizações da sociedade civil, o cyber ativismo, as redes sociais e outras tecnologias de informação.
- **Macroeconomia e o impacto nas cidades.** Objetivo: Abordar os fundamentos da macroeconomia, os problemas e os modelos macroeconômicos. O sistema monetário: bancos comerciais, banco central e a oferta de moeda. Crescimento monetário e inflação. Produto de equilíbrio. Moeda. Equilíbrio macroeconômico. Juros. Câmbio. Relações internacionais. Política econômica. Crescimento. Inflação. Desenvolvimento. Relação entre inflação e desemprego.

- **Métodos quantitativos de pesquisa aplicados à administração e às políticas públicas.** Objetivo: Apresentar os conceitos básicos de estatística, voltando-se à sua aplicação prática e analítica na pesquisa social aplicada à administração pública e às políticas públicas.

- **Memorial de percurso formativo:** Objetivo: Reflexão e análise do processo de aprendizagem do estudante do semestre.

- **Eletiva intercursos 2**

- **Eletiva intercursos 3**

4º Semestre

Núcleo temático: A POLÍTICA POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Situação de ensino-aprendizagem: Este semestre tem como principal objetivo apresentar as políticas públicas por áreas conectando com as cidades no âmbito municipal e apresentando o ciclo considerando a formação de agenda com seus diferentes atores, e formulação, implementação, avaliação e o monitoramento de políticas públicas. Ao apresentar diversas políticas e os atores envolvidos no processo espera-se que os alunos compreendam a complexidade existente nas cidades e na política assim como a conexão entre as diferentes políticas.

Contextos significativos: Diferentes políticas públicas e seu impacto nas cidades e na vida dos cidadãos. A formação de agenda, a decisão política, os diferentes atores e interesses.

Pesquisa: Aplicação da pesquisa quantitativa na avaliação de políticas públicas em conjunto com as diferentes metodologias de pesquisa qualitativa já apresentadas nos semestres anteriores.

Extensão: Atuação através de iniciativas diversas dos docentes e através de um programa do Observatório de Políticas Públicas do Instituto das Cidades, análise e acompanhamento de políticas públicas específicas na zona leste de São Paulo e em outras cidades.

Unidades Curriculares:

- **Políticas públicas – sociais.** Objetivo: Apresentar as principais políticas sociais (saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho e previdência social, entre outras) dentro de um contexto Interfederativo enfatizando o funcionamento das mesmas no âmbito local e apresentando problemas causados pelas desigualdades e a judicialização neste contexto. Avaliação de impacto de políticas.
- **Políticas públicas – cidades.** Objetivo: A partir do Estatuto das Cidades e do Plano Diretor serão apresentadas as políticas públicas voltadas às cidades como, por exemplo, habitação, transportes, meio ambiente, energia, políticas urbanas e de infraestrutura, ambientais, de saneamento, turismo, entre outras, dentro de um contexto interfederativo. Avaliação de impacto de políticas.
- **Políticas públicas – justiça e direitos.** Objetivo: Discutir as políticas de segurança pública, direitos humanos, mulheres, gênero, igualdade racial, portadores de necessidades especiais, entre outras. Avaliação de impacto de políticas.
- **Políticas públicas: Desenvolvimento.** Objetivo: Discutir as políticas de desenvolvimento econômico, social, territorial, ciência, tecnologia e inovação, entre outras. Avaliação de impacto de políticas.
- **Economia plural e tecnologias sociais.** Objetivo: Estabelecer associações entre modos e relações de produção e consumo e suas tecnologias, reconhecendo e propondo iniciativas econômicas solidárias e tecnologias sociais centradas na autogestão dos trabalhadores e propriedade coletiva dos meios de produção, com iniciativas orientadas para o valor de uso e o bem comum.
- **Direito ambiental e urbanístico.** Objetivo: Reconhecimento do marco legal e institucional e sua adequação para resolução de conflitos fundiários e ambientais no cumprimento da função

social da propriedade e da cidade e direitos difusos associados aos bens comuns.

- **Memorial de percurso formativo.** Objetivo: Reflexão e análise do processo de aprendizagem do estudante do semestre.
- **Expo e fórum de debates anual.** Objetivo: Ao final do ano, exposição e fórum de debates a partir dos produtos de todos os cursos do IC, para reconhecimento e discussão da variedade de temas e propostas para cidades pelas diferentes profissões, suas hipóteses, métodos, técnicas e questões.
- **Eletiva intercursos 4**
- **Eletiva intercursos 5**

5º Semestre

Núcleo temático: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PRÁTICA

Situação de ensino-aprendizagem: O semestre girará em torno de uma simulação de cidade através de um Jogo de Cidades que permitirá aos alunos vivenciarem a gestão na prática. As disciplinas do semestre focarão na gestão de diferentes áreas da administração públicas e trabalharão de forma interdisciplinar a fim de mostrar a importância do pensamento sistêmico e da noção de complexidade. Os alunos em grupos deverão através do jogo desenvolver estratégias que permitam a melhoria do IDH, aumento do PIB per capita, melhorias na mobilidade urbana, melhorias no atendimento na saúde, IDEB, entre outros.

Contextos significativos: Vivendo a experiência de um administrador público através de uma simulação de cidade. Processo de análise de informações e de tomada de decisão considerando diferentes contextos, situações e influência e pressão de movimentos, grupos de interesse, entre outros.

Pesquisa: Integração de diferentes metodologias quanti e qualitativas para a análise de temas referentes a administração pública.

Extensão: Atuação através de iniciativas diversas dos docentes e dos diferentes projetos/

programas no campus como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, entre outras. Parcerias com prefeituras para realização de projetos conjuntos visando atender necessidades das mesmas.

Unidades Curriculares:

- **Cidades: Jogos e simulações.** Objetivo: A partir de casos concretos e inventados, jogos e exercícios de dramatização, produzir entendimento sobre os conflitos, a dinâmica e interesses na produção social do espaço, a atuação do Estado e dos múltiplos atores envolvidos, possibilitando a compreensão sobre os conflitos fundiários urbanos.
- **Pessoas na administração pública.** Objetivo: A disciplina apresentará a evolução da administração de recursos humanos e a importância que este tema tomou nas últimas décadas enfatizando o papel estratégico das pessoas no serviço público.
- **Administração de materiais, patrimônio e logística na administração pública.** Objetivo: A disciplina apresentará fundamentos da administração patrimonial e de materiais, fontes de fornecimento e compras no setor público, licitações. Logística e distribuição no setor público, redes e cadeias.
- **Cidades inteligentes e digitais. Democracia Conectada.** Objetivo: Abordar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação aplicados à administração pública e as plataformas de governo aberto que promovem uma democracia conectada. Planejamento estratégico de tecnologias de comunicação e informação (TICs) governamentais.
- **Mediação e negociação.** Objetivo: Desenvolver competências necessárias para a mediação e a negociação, capacitando o aluno a construir consenso e gerenciar conflito, considerando os desafios, as oportunidades, as forças envolvidas.
- **Economia política e geografia da urbanização contemporânea.** Objetivo: Abordar a relação entre urbanização e a produção e uso da cidade com a dinâmica contemporânea das atividades produtivas do sistema capitalista, com reconhecimento de agentes e seus respectivos interesses, envolvidos nos modos de operação no circuito imobiliário e nas relações conflituosas e complementares entre capital imobiliário e o capital em geral, rendas da terra e rendas do trabalho.
- **Memorial de percurso formativo:** Objetivo: Reflexão e análise do processo de aprendizagem do estudante do semestre.
- **Eletiva intercursos 6**
- **Eletiva intercursos 7**

6º Semestre

Núcleo temático: GESTÃO DE METRÓPOLES

Situação de ensino-aprendizagem: Este semestre discutirá as dimensões e os problemas integrados em contextos metropolitanos, conjunto de instrumentos e procedimentos de planejamento, aspectos políticos e projetuais, assim como a atuação em situações críticas como na gestão de riscos e catástrofe em cidades.

Contextos significativos: As peculiaridades das metrópoles serão o foco do semestre que buscará trazer uma visão da gestão de megacidades ao redor do mundo destacando as diferenças, semelhanças e políticas públicas inovadoras.

Pesquisa: Integração de diferentes metodologias quanti e qualitativas para a análise de temas referentes a administração pública, mais especificamente, questões referentes à gestão de metrópoles, projetos integrados de infraestrutura e gestão de riscos urbanos.

Extensão: Atuação através de iniciativas diversas dos docentes e dos diferentes projetos/ programas no campus como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, entre outras. Parcerias com prefeituras para realização

de projetos conjuntos visando atender necessidades das mesmas.

Unidades Curriculares:

- **Ferramentas e modelos de gestão para cidades sustentáveis.** Objetivo: Abordar diferentes ferramentas e técnicas de gestão disponíveis para a administração pública com ênfase na mudança e na aprendizagem nas organizações, ferramentas para diagnóstico, indicadores de desempenho, avaliação de impacto de políticas públicas, modelos de gestão e metodologias para melhoria dos serviços públicos.
- **Gestão de metrópoles.** Objetivo: Abordar desafios da integração em planos e políticas públicas formuladas e implementadas em contextos metropolitanos, as estruturas organizacionais favoráveis ou contrárias a essa articulação, legislação, reconhecendo diferenças de contextos e avaliando estudos de caso nacionais e internacionais.
- **Geoprocessamento e tecnologias de informação em metrópoles.** Objetivo: Introdução aos sistemas de geoprocessamento, mapeamento temático e digital e tecnologias de informação para caracterização, análise, planejamento e gestão de metrópoles.
- **Organização de escritório público e gestão de projetos.** Objetivo: Compreender as estruturas organizacionais e equipes de profissionais de Escritórios Públicos de Projetos, suas metodologias e procedimentos de trabalho, atribuições e responsabilidades, legislação e processos administrativos, reconhecer diferenças de contextos e missões em estudos de caso;
- **Planejamento Estratégico no Setor Público.** Objetivo: Apresentar a relevância do planejamento estratégico e das ferramentas de tomada de decisão estratégica no setor público. Técnicas e metodologias de planejamento estratégico: situacional (PES), organizacional, orientado a resultados, participativo, físico-territorial.
- **Escritório de Planejamento de Metrôpoles.** Objetivo: Proporcionar aos estudantes experiências interprofissionais e cooperativas que permitam identificar e compreender problemas de aglomerações urbanas conurbadas, suas origens, impactos e resoluções, o reconhecimento da regulamentação legal sobre as mesmas e instrumentos institucionais, para conceber estratégias de planejamento e projetos urbanos em áreas conurbadas e regiões metropolitanas.
- **Megacidades mundiais.** Objetivo: Introdução crítica ao debate sobre a disseminação das metrópoles e megacidades no mundo, bem como sobre a urbanização intensiva e competitiva contemporânea, cidade-nação, patriotismo de cidade, geopolítica das megacidades, impactos ambientais, padrões de segregação e ações transformadoras.
- **Memorial de percurso formativo.** Objetivo: Reflexão e análise do processo de aprendizagem do estudante do semestre.
- **Expo e fórum de debates anual.** Objetivo: Ao final do ano, exposição e fórum de debates a partir dos produtos de todos os cursos do IC, para reconhecimento e discussão da variedade de temas e propostas para cidades pelas diferentes profissões, suas hipóteses, métodos, técnicas e questões.
- **Eletiva intercursos 8**
- **Eletiva intercursos 9**

7º Semestre

Núcleo temático: AVALIAÇÃO E CONTROLE NAS CIDADES PARTICIPATIVAS: Eficiência, eficácia e efetividade.

Situação de ensino-aprendizagem: Neste semestre apresentam-se conceitos e mecanismos fundamentais de avaliação e controle da administração pública assim como a participação da sociedade civil neste processo. Serão apresentadas

ferramentas e técnicas para uma gestão transparente e responsiva.

Contextos significativos: Importância da accountability horizontal e dos mecanismos de controle. Papel da prestação de contas e da transparência dentro de uma democracia. Riscos da politização e falhas do sistema de prestação de contas. Importância da accountability vertical exercida pela sociedade civil.

Pesquisa: Integração de diferentes metodologias quanti e qualitativas para a análise de temas referentes a administração pública, mais especificamente, questões referentes à avaliação e controle nas cidades participativas.

Extensão: Atuação através de iniciativas diversas dos docentes e dos diferentes projetos/ programas no campus como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, entre outras. Parcerias com tribunais de contas para capacitação e aproximação do futuro gestor público do processo de prestação de contas e os desafios inerentes de uma accountability democrática. Projetos com ONGs e movimentos sociais que realizam projetos voltados à transparência pública, prestação de contas, entre outros.

Unidades Curriculares:

- **Indicadores socioeconômicos na administração pública.** Objetivo: Introduzir os princípios de estatística avançada através da apresentação e interpretação de indicadores socioeconômicos da Administração Pública.
- **Auditoria, controladoria e prestação de contas: em busca de uma accountability democrática.** Objetivo: Abordar a contabilidade pública, o funcionamento da prestação de contas e dos tribunais de contas no Brasil. Abordagem legal, poder, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Accountability horizontal e vertical, democracia.
- **Vivências.** Objetivo: Vivência da realidade local através de uma pesquisa de campo em cidades nas diferentes regiões brasileiras com o intuito

de desenvolver técnicas e habilidade de gestão em contextos variados e complexos.

- **Trabalho de conclusão de curso 1.** Objetivo: Estudante escolhe tema vinculado às linhas de pesquisa do Instituto da Cidade associadas aos espaços pedagógicos do ELO ou às linhas temáticas interdisciplinares e se vincula a um grupo de TCC com orientação, preparando a fase propositiva do último semestre (TCC 2).
- **Escritório em projetos urbanos e política pública.** Objetivo: Preparar os estudantes para a atuação interprofissional e cooperativa no reconhecimento de situações urbanas e resolução de problemas, por meio de projetos e políticas públicas integradas que os estimulem a encontrar soluções que possam contribuir para melhorar as condições de vida nas cidades e torná-las mais justas, em diálogo com órgãos públicos e sociedade civil.
- **Memorial de percurso formativo.** Objetivo: Reflexão e análise do processo de aprendizagem do estudante do semestre.
- **Eletiva intercursos 10**
- **Eletiva intercursos 11**

8º Semestre

Núcleo Temático: CIDADES SAUDÁVEIS E INCLUSIVAS: O bem-estar na cidade

Situação de ensino-aprendizagem: Semestre de finalização do curso e de reflexão através do trabalho de conclusão de curso e da síntese da narrativa pessoal.

Contextos significativos: Saúde, bem-estar, longevidade, qualidade de vida nas cidades são temas relevantes. Não se trata apenas de viver nas cidades, mas sim, viver bem. Ênfase em todas as idades, gêneros e condições ambientais, sócio culturais e econômicas. Saúde individual e saúde coletiva, espaços públicos e espaços privados e inter-relações saudáveis.

Pesquisa: Integração de diferentes metodolo-

gias quanti e qualitativas para a análise de temas referentes a administração pública, mais especificamente, questões referentes às cidades saudáveis e inclusivas e ao bem-estar nas cidades.

Extensão: O que é viver bem nas cidades? Levantamento junto aos diferentes grupos e comunidades em diversos contextos das necessidades do viver bem. A cidade que queremos.

Unidades Curriculares:

- **Ética e o papel do administrador público.** Objetivo: Apresentar os fundamentos da ética. O bem comum e o papel do administrador público na busca do mesmo. Consciência moral e agir comunicativo. Código de ética do administrador e dos funcionários públicos. Deontologia.
- **Análise multivariada de dados aplicada à administração pública.** Objetivo: Capacitar os alunos a utilizarem técnicas estatísticas de análise multivariada de dados em suas áreas de interesse no campo da administração pública. Definição de técnicas adequadas na análise de temas da administração pública suas pesquisas. Seleção e utilização de software apropriado e interpretação correta dos resultados.
- **Nascer, crescer e envelhecer nas cidades com qualidade de vida.** Objetivo: Apresentar esta disciplina buscará discutir a vida nas cidades sob um aspecto do ciclo de vida dos cidadãos analisando a qualidade de vida dos mesmos, desigualdades, políticas públicas e potencialidades. Especial ênfase será dada ao envelhecimento com saúde e bem-estar nas cidades.
- **Trabalho de conclusão de curso 2.** Objetivo: Realizar um trabalho de conclusão que integre os vários conhecimentos, valores, habilidades e competências aprendidos e construídos ao longo do curso.
- **Memorial do percurso formativo.** Objetivo: Elaboração de memorial descritivo final incluindo comprovantes de atividades desenvolvidas ao longo do curso, considerando os memoriais descritivos de cada semestre e avaliação do

processo de aprendizagem no curso, no Instituto das Cidades e na Unifesp.

- **Expo e fórum de debates anual,** Objetivo: Ao final do ano, exposição e fórum de debates a partir dos produtos de todos os cursos do IC, para reconhecimento e discussão da variedade de temas e propostas para cidades pelas diferentes profissões, suas hipóteses, métodos, técnicas e questões.
- **Eletiva intercursos 12**
- **Eletiva intercursos 13**

d. Matriz curricular do curso de Administração Pública

A Matriz curricular é apresentada a seguir em 1) Quadro Resumo de distribuição da carga horária no curso; 2) Unidades curriculares, suas cargas horárias e integração intercurros por semestre; 3) Unidades curriculares obrigatórias fixas apresentadas por grupos de UCs internos ao curso.

Distribuição da carga horária no curso de Administração Pública

QUADRO RESUMO	CH	%	%	%
Obrigatórias FIXAS	1950	100%	61%	
Gestão	900	46%	28%	
Direito	90	5%	3%	
Política	330	17%	10%	
Economia	210	11%	7%	
Sociologia	240	12%	8%	
Métodos Quantitativos	180	9%	6%	
Obrigatórias ELETIVAS	390		12%	
Atividades Complementares (incluem viagens de estudo)	240		8%	
Estágio obrigatório programado	300		9%	
TCC	180		6%	
Memorial de Percurso Formativo	135		4%	
TOTAL	3195		100%	
CH Extensão Obrigatória (pode ampliar em função de escolha de eletivas e atividades complementares)	365			11%
CH Prática (varia em função de escolha das eletivas)	1085			41%
CH Teórica (varia em função de escolha das eletivas)	1555			59%

A carga horária de extensão expressa na matriz é uma dimensão qualitativa da carga horária total subdividida entre teoria e prática.

1º SEMESTRE – Administração Pública					
Núcleo Temático: CIDADES VIVIDAS E CIDADES IMAGINADAS: Conhecendo e vivendo nas cidades.					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Cidades Vividas, Cidades Imaginadas (na leitura do administrador público)	60	45	15	15	
Passado, presente e futuro: historiografia e política das cidades	60	60			
Dinâmica Social das Cidades	60	45	15	15	
Fundamentos da Administração e das Políticas Públicas	60	60			AP
Emergência urbana: Debates sobre as Cidades	30	30			Todos
Culturas da Cidade	30		30		Todos
EXPO Cidade Viva, Cidade Imaginada	15		15		Todos
Memorial de Percurso Formativo	15		15		Todos
Subtotal	330	240	90	30	

2º Semestre – Administração Pública					
Núcleo Temático : COMO FUNCIONAM AS CIDADES ? Por quem? Para quem? E Como?					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Realidade Brasileira: Formação Social, Geográfica e Econômica	30	30			AP, AU, AES, GB, GL
A lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988	30	30			
As bases jurídicas e administrativas das cidades	30	30			
Orçamento Público	60	45	15	15	
Finanças Públicas	60	60			
Dinâmica Econômica das Cidades	60	45	15	15	
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Expo e Fórum de debates anual	15		15		Todos
Memorial de Percurso Formativo	15		15		Todos
Subtotal	330	255	75	30	

3º Semestre – Administração Pública					
TEMA: ESFERA PÚBLICA: Tensões, desafios e potencialidades das cidades.					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Democracia e Instituições Políticas Brasileiras	60	45	15	15	
Relações intergovernamentais e o impacto nas cidades	30	20	10	10	
Ativismo social	30	20	10	10	
Macroeconomia e o impacto nas cidades	60	60			
Métodos Quantitativos de Pesquisa aplicados à administração e às políticas públicas	60	45	15		Todos
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Memorial de Percurso Formativo	15		15		Todos
Subtotal	315	220	95	35	

4º SEMESTRE					
Núcleo Temático: A POLÍTICA POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Políticas Públicas - Sociais	60	45	15	15	
Políticas Públicas - Cidades	60	45	15		
Políticas Públicas - Justiça e Direitos	30	20	10	10	
Políticas Públicas - Desenvolvimento	30	20	10	10	
Economia Plural e Tecnologias Sociais	30	15	15	15	AP, EAS, EC, AU
Direito Ambiental e Urbanístico	30	30			AP, AU, EAS
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Expo e Fórum de debates anual	15		15		Todos
Memorial de Percurso Formativo	15		15		Todos
Subtotal	330	205	125	50	

5º SEMESTRE					
Núcleo Temático: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PRÁTICA					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Cidades: Jogos e Simulações	30		30		Todos
Pessoas na Administração Pública	60	45	15	15	
Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública	60	45	15		
Cidades Inteligentes e Digitais. Democracia Conectada	30	20	10	15	
Mediação e Negociação	30	15	15		
Economia Política e Geografia da Urbanização e das Cidades	30	30			AP, A, GL, GB
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Memorial de Percurso Formativo	15		15		Todos
Subtotal	315	185	130	30	

6º SEMESTRE					
Núcleo Temático: GESTÃO DE METRÓPOLES					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Ferramentas e Modelos de Gestão para Cidades Sustentáveis	60	45	15	15	
Gestão de Metrôpoles	30	30			AP, AU, EAS, GL, GB
Geoprocessamento e tecnologias da informação em metrôpoles	30	10	20		AP, AU, EAS, EC, GB
Organização de escritório público e gestão de projetos	30	15	15		AP, AU, EAS, EC, GB
Planejamento Estratégico no Setor Público	30	30			
Escritório de Planejamento de Metrôpoles	60	10	50	50	AP, AU, GB, GL, EAS
Megacidades mundiais	30	30			AP, AU, EAS
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Expo e Fórum de debates anual	15		15		Todos
Memorial de Percurso Formativo	15		15		Todos
Subtotal	330	200	160	65	

7º SEMESTRE					
Núcleo Temático: AVALIAÇÃO E CONTROLE NAS CIDADES PARTICIPATIVAS: Eficiência, eficácia e efetividade					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Indicadores Socioeconomicos na Administração Pública	60	45	15		
Auditoria, Controladoria e Prestação de Contas: em busca de uma Accountability Democrática	60	30	30	15	
Vivências	30	10	20	20	
Trabalho de Conclusão de Curso 1	60	30	30		Todos
Escritório em Projetos Urbanos e Política Pública	60		60	60	AP, GB, GL, AU, EAS, EC
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Memorial de Percorso Formativo	15		15		Todos
Subtotal	330	145	200	95	

8º SEMESTRE					
Núcleo Temático: CIDADES SAUDÁVEIS E INCLUSIVAS: O bem estar na cidade					
Título da Unidade Curricular	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH Exten.	Integração Intercursos
Ética e o papel do administrador público	60	45	15	15	
Análise Multivariada de dados Aplicada à Administração Pública	60	30	30		
Nascer, Crescer e Envelhecer nas Cidades com Qualidade de Vida	60	45	15	15	
Gestão e Prevenção de Riscos Urbanos	30	15	15		AP, AU, EA, EC, GB
Trabalho de Conclusão de Curso 2	120		120		Todos
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Eletiva intercursos	30	15	15		Todos
Expo e Fórum de debates anual	15		15		Todos
Memorial de Percorso Formativo	15		30		Todos
Subtotal	420	165	270	30	

Grupos temáticos de UCs do Curso de Administração Pública

Obrigatórias FIXAS			
GESTÃO	Cod	Sem	CH
Cidades Vividas, Cidades Imaginadas (na leitura do administrador público)		1	60
Emergência urbana: Debates sobre as Cidades		1	30
Fundamentos da Administração e das Políticas Públicas		1	60
Orçamento Público		2	60
Finanças Públicas		2	60
Cidades: Jogos e Simulações		5	30
Pessoas na Administração Pública		5	60
Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública		5	30
Cidades Inteligentes e Digitais. Democracia Conectada		5	60
Mediação e Negociação		5	30
Ferramentas e Modelos de Gestão para Cidades Sustentáveis		6	60
Escritório de Planejamento de Metrôpoles		6	30
Planejamento Estratégico no Setor Público		6	30
Gestão de Metrôpoles		6	30
Geoprocessamento e tecnologias da informação em metrôpoles		6	30
Organização de escritório público e gestão de projetos		6	30
Megacidades Mundiais		6	30
Auditoria, Controladoria e Prestação de Contas: em busca de uma accountability democrática		7	60
Vivências		7	30
Escritório Integrado em Projetos e Políticas Públicas		7	60
Trabalho de Conclusão de Curso 1		7	60
Gestão e Prevenção de Riscos Urbanos		8	30
Trabalho de Conclusão de Curso 2		8	120
subtotal			1080
DIREITO		Sem	CH
A lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988.		2	30
As bases jurídicas e administrativas das cidades		2	30
Direito Ambiental e Urbanístico		4	30
subtotal			90

POLÍTICA	Cod	Sem	CH
Passado, presente e futuro: historiografia e política das cidades		1	60
Democracia e Instituições Políticas Brasileiras		3	60
Relações intergovernamentais e o impacto nas cidades		3	30
Políticas Públicas - Políticas Sociais		4	60
Políticas Públicas - Cidades		4	60
Políticas Públicas - Justiça e Direitos		4	30
Políticas Públicas: Desenvolvimento		4	30
subtotal			330

ECONOMIA		Sem	CH
Realidade Brasileira: Formação Social, Geográfica e Econômica		2	30
Dinâmica Econômica das Cidades: Trabalho e Consumo		2	60
Macroeconomia e o impacto nas cidades		3	60
Economia política e Geografia da Urbanização das Cidades		5	30
Economia Plural e Tecnologias Sociais		4	30
subtotal			210

SOCIOLOGIA		Sem	CH
Dinâmica Social das Cidades		1	60
Culturas da Cidade		1	30
Ativismo social		3	30
Ética e o papel do administrador público		8	60
Nascer, Crescer e Envelhecer nas Cidades com Qualidade de Vida.		8	60
subtotal			240

MÉTODOS QUANTITATIVOS		Sem	CH
Métodos Quantitativos de Pesquisa aplicados à Administração e às Políticas Públicas		3	60
Indicadores Socioeconômicos na Administração Pública		7	60
Análise Multivariada de dados aplicada à administração Pública		8	60
subtotal			180

TOTAL			2130
--------------	--	--	-------------

e. Ementário

Apresentamos a seguir o ementário das Unidades Curriculares Obrigatórias Fixas do Curso de Administração Pública.

1º Semestre

CIDADES VIVIDAS E IMAGINADAS: Conhecendo e vivendo as cidades

Título da UC: **Cidades vividas, cidades imaginadas (na leitura do administrador público)**

Ementa: Vivendo a cidade, vivendo na cidade. Integração de ensino, pesquisa e extensão. A vida nas cidades em diferentes idades. O futuro das cidades. A cidade imaginada. Metodologia de pesquisa qualitativa.

Título da UC: **Passado, presente e futuro: Historiografia e política das cidades**

Ementa: História das cidades. Constituição da sociedade moderna. Pensadores políticos clássicos. A moderação como forma de evitar o abuso de poder. Principais correntes teóricas contemporâneas: pluralismo, neo-marxismo, institucionalismo (escolha racional e histórico).

Título da UC: **Dinâmica social das cidades**

Ementa: Psicologia na administração. Teorias da personalidade e valores. Indivíduo, grupo e sociedade. Percepção e tomada de decisão. Valores, atitudes e mudança de comportamento. Identidade social. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: **Fundamentos da administração e das políticas públicas**

Ementa: O que é administração. Administração Pública patrimonialista, burocrática, gerencialista, participativa. Processo administrativo. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacio-

nais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: **Emergência urbana: Debates sobre as cidades**

Ementa: Situações e temas emergentes e/ou urgentes das cidades contemporâneas e da história das cidades apresentados por convidados das mais diferentes formações e posições políticas, sociais e institucionais.

Título da UC: **Culturas da cidade**

Ementa: Sociabilização entre os cursos, com shows, saraus, peças, filmes, performances, dentre outras práticas culturais, introduzindo a relação cultura-cidade como nexos fundamentais em uma formação ampla, crítica e criativa dos estudantes e professores.

Título da UC: **Expo cidades vividas, cidades imaginadas**

Ementa: Projeto simplificado de expografia e montagem de exposição; produção dos textos e imagens do processo formativo de reflexão-ação Cidades Vividas e Imaginadas; organização de debates sobre a exposição; integração intercursos.

Título da UC: **Memorial do percurso formativo**

Ementa: Conceito de percurso formativo: narrativa e memorial descritivo; resultados esperados do memorial. Conteúdo de um memorial; verificação e avaliação do memorial.

2º Semestre

COMO FUNCIONAM AS CIDADES? Por quem? Para quem? E Como?

Título da UC: **Realidade brasileira: Formação social, geográfica e econômica**

Ementa: Formação social, política e econômica, classes sociais, emprego e trabalho; ocupação e configuração do território nacional e suas questões regionais; Colonização, imperialismo, dependência e subdesenvolvimento; extrativismo e a questão

ambiental; política, autoritarismo, patrimonialismo e relações de poder; formação do povo brasileiro; Movimentos sociais e culturais no Brasil. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: A lógica das cidades a partir da Constituição Federal de 1988.

Ementa: Teoria da Constituição e sistemas constitucionais. Conceito, funções, tipos e a evolução das Constituições. As Constituições Brasileiras. Poder Constituinte. Normas Constitucionais. Constituição Federal de 1988: estrutura, organização e princípios fundamentais. Separação dos Poderes. Federalismo. Direitos Fundamentais. Eficácia e concretização dos direitos fundamentais.

Título da UC: As bases jurídicas e administrativas das Cidades

Ementa: Função administrativa do Estado de Direito. Entidades e atos administrativos. Serviços públicos (administração direta e indireta, agências reguladoras, convênios e consórcios, parcerias público-privadas etc) e sua delegação. Processo licitatório e contratos administrativos. Processo de contratação.

Título da UC: Orçamento público

Ementa: Contas públicas no Brasil. Finanças públicas. Orçamento público. Orçamento público na Constituição de 1988. Ciclo orçamentário. Políticas públicas e política orçamentária. Tribunais de contas.

Título da UC: Finanças públicas

Ementa: Juros e Capitalização Simples e Composta, Classificação das Taxas de Juros, Descontos, Fluxos de Caixa, Métodos de Avaliação de Fluxos de Caixa e Sistemas de Amortização. Sistema Financeiro Nacional, mercado monetário, mercado de capitais, mercado de crédito. Contas públicas no Brasil. Código de contabilidade pública. Federalismo fiscal. Sistema tributário. Previdência social. Dívida pública. Controle interno e externo.

Título da UC: Dinâmica econômica das cidades: trabalho e consumo

Ementa: Evolução espacial da população brasileira. Concentração urbana e metropolização. Funcionamento do mercado: oferta, demanda e elasticidade. Teoria do consumidor e teoria da firma. Estrutura de mercado e seus determinantes. Teoria dos jogos e incerteza. Teorias econômicas da dinâmica territorial urbana. O território no pensamento dos economistas clássicos, na escola alemã e os modelos gravitacionais da economia espacial. Limitações da economia urbana tradicional e a Teoria da área central.

Título da UC: Memorial do Percurso Formativo

Ementa: Conceito de percurso formativo: narrativa e memorial descritivo; resultados esperados do memorial. Conteúdo de um memorial; verificação e avaliação do memorial.

Título da UC: Expo e Fórum de Debates Anual

Ementa: Projeto de expografia, produção de suportes e dispositivos e montagem de exposição; produção dos textos e imagens do processo formativo anual; organização do fórum de debates sobre a exposição; integração intercursos.

3º Semestre
ESFERA PÚBLICA: Tensões, desafios e potencialidades das cidades.

Título da UC: Democracia e instituições políticas brasileiras

Ementa: Modelos de Democracia. Teorias da democracia. Ação coletiva. Pluralismo e seus críticos. Processo de democratização. Regime democráticos. Regimes autoritários. Autoritarismo e totalitarismo. Instituições políticas. Participação política e cultura cívica.

Título da UC: Relações intergovernamentais e o impacto nas cidades

Ementa: Relações entre os três poderes. Modelos federativos. Poder e competição nas cidades. Federalismo e conflitos distributivos. Descentralização. Lei de Responsabilidade fiscal e implementação compartilhada de serviços.

Título da UC: Ativismo social

Ementa: Teorias dos movimentos sociais. Novos movimentos sociais. Estado, sociedade civil e esfera pública. Histórico da ação social e das organizações da sociedade civil no Brasil. Redes sociais. Cyberativismo. Advocacy e lobby.

Título da UC: Macroeconomia e o impacto nas cidades

Ementa: O fluxo circular da renda nas cidades. A propensão marginal e o efeito multiplicador. As funções poupança, investimento, consumo e gasto público. Contas nacionais. O sistema monetário. Valores reais e nominais. Política econômica. Juros e câmbio. Inflação e deflação. Desemprego. Crescimento e desenvolvimento.

Título da UC: Métodos quantitativos de pesquisa aplicados à administração e às políticas públicas

Ementa: O ferramental quantitativo e as políticas públicas. Análise combinatória. Distribuição de frequências, estimação, intervalo de confiança, teste de hipóteses e inferência. População, amostra e parâmetros. Medidas descritivas. Tipos de erro. Amostragem. Noções básicas de probabilidade.

Título da UC: Memorial do percurso formativo

Ementa: Conceito de percurso formativo: narrativa e memorial descritivo; resultados esperados do memorial. Conteúdo de um memorial; verificação e avaliação do memorial.

4º Semestre
A POLÍTICA POR TRÁS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Título da UC: Políticas públicas - sociais

Ementa: Estado de bem-estar social. Cidadania. Políticas sociais no Brasil. História das políticas sociais. Políticas de saúde, educação, assistência social, cultura, habitação, trabalho e previdência social. A universalização e a judicialização. Desafios para o aprimoramento do sistema. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a

educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: Políticas públicas - cidades

Ementa: Introdução ao urbanismo. Políticas urbanas no Brasil e no mundo. Processo de urbanização brasileira. Função social da cidade. Cidades e população. Regiões metropolitanas. Conurbação. Estatuto da cidade e plano diretor. Função social da propriedade. Licenciamento urbanístico. A cidade irregular. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: Políticas públicas - justiça e direitos

Ementa: Justiça, Direitos e Sociedade. Igualdade e cidadania. Conceitos de diferença, diversidade, desigualdade, racismo, etnia, gênero, sexualidade, geração (juventude e terceira idade). Combate à violência. Segurança pública. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: Políticas públicas - desenvolvimento

Ementa: Políticas de desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento e a gestão do território. A gestão da ciência e tecnologia. A promoção da inovação. O Estado e as instituições de ensino e pesquisa. Acompanhamento e avaliação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: Economia plural e tecnologias sociais

Ementa: Conceitos de economia, economia capi-

talista e de economia plural; estruturas organizativas e econômicas alternativas; novas associações entre modos e relações de produção e consumo e suas tecnologias, reconhecendo e propondo modalidades de organização econômica e suas tecnologias, centradas na autogestão dos trabalhadores com iniciativas orientadas para o valor de uso e o bem comum.

Título da UC: **Direito ambiental e urbanístico**

Ementa: Histórico político, bases sociais e princípios da regulação urbanística e ambiental brasileira; função social da cidade, da propriedade e instrumentos político-jurídicos; direito difusos aos bens comuns, terra, natureza, atividade e saber; Conflitos fundiários e ambientais; exemplos internacionais e estudo de casos.

Título da UC: **Memorial do percurso formativo**

Ementa: Conceito de percurso formativo: narrativa e memorial descritivo; resultados esperados do memorial. Conteúdo de um memorial; verificação e avaliação do memorial.

Título da UC: **Expo e fórum de debates anual**

Ementa: Projeto de expografia, produção de suportes e dispositivos e montagem de exposição; produção dos textos e imagens do processo formativo anual; organização do fórum de debates sobre a exposição; integração intercurrosos.

5º Semestre

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PRÁTICA

Título da UC: **Cidades: jogos e simulações**

Ementa: Compreensão da dinâmica e dos processos urbanos por meio de técnicas lúdicas, gráficas, dramáticas e digitais a serem utilizadas para representações do Estado, território, mercado e demais atores sociais, seus interesses e conflitos, indicando ao fim ações e políticas resolutivas ou de mediação.

Título da UC: **Pessoas na Administração Pública**

Ementa: Evolução e gestão estratégica de recursos humanos. A gestão de pessoas no serviço público. Concurso público. Cargos de confiança. Terceiri-

zação. Motivação, clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. Gestão do conhecimento e de competências.

Título da UC: **Administração de materiais, patrimônio e logística na administração pública**

Ementa: Administração patrimonial e de materiais. Armazenamento, transporte e movimentação de material. Demanda, gestão e controle de estoques. Compras no setor público. Licitações. Logística, cadeia de suprimentos e distribuição. A tecnologia da informação na gestão de recursos materiais no setor público.

Título da UC: **Cidades inteligentes e digitais. Democracia conectada**

Ementa: Introdução à tecnologia da informação. Processos de integração e comunicação de informações. Governo eletrônico. Governo aberto. E-Governo. Transparência e dados abertos. Lei de Acesso à informação. Planejamento estratégico de TI no setor público.

Título da UC: **Mediação e negociação**

Ementa: Natureza e estratégias de mediação e negociação. A barganha distributiva e integrativa. Os relacionamentos, a emoção e a comunicação na mediação e na negociação. O poder e a ética na negociação. A gestão de conflitos e a construção do consenso. Arbitragem: definições e práticas.

Título da UC: **Economia política e geografia da urbanização e das cidades**

Ementa: Agentes, interesses e conflitos envolvidos na economia urbana (capital imobiliário, financeiro, mercantil e industrial, Estado e sociedade civil); renda da terra, produção e especulação imobiliária; gentrificação; economia da urbanização, reurbanização, construção civil e produção da mais-valia urbana; geografia urbana e acumulação de capital; divisão do trabalho, redes e hierarquias urbanas; globalização e reestruturação das economias urbanas.

Título da UC: **Memorial do percurso formativo**

Ementa: Conceito de percurso formativo: narrativa e memorial descritivo; resultados esperados do memorial. Conteúdo de um memorial; verificação e avaliação do memorial.

6º Semestre

GESTÃO DE METRÓPOLES

Título da UC: **Ferramentas e modelos de gestão para cidades sustentáveis**

Ementa: Ferramentas e técnicas de gestão na gestão pública. Indicadores de desempenho e avaliação da satisfação dos usuários. Avaliação de impacto de políticas públicas. Plano de metas. Modelos de gestão e metodologias para melhoria dos serviços públicos.

Título da UC: **Gestão de metrópoles**

Ementa: Governo e gestão de metrópoles; políticas metropolitanas; Estatuto da Metrópole; a questão metropolitana no modelo federalista brasileiro; funções públicas e serviços de interesse comum e a política de ordenação territorial; consórcios, empresas, parcerias público-privadas, agências, câmaras, parlamentos e conselhos estaduais e intermunicipais; dinâmicas populacionais intra-metropolitanas; estudos de caso nacionais e internacionais. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: **Geoprocessamento e tecnologias da informação em metrópoles**

Ementa: Geoprocessamento, georeferenciamento (SIG, GIS, GPS), tecnologias de comunicação e informação em metrópoles; gestão de dados, cadastros e plantas de valores; tecnologias de mapeamento remoto e topologia em redes; salas situacionais.

Título da UC: **Organização de escritório público e gestão de projetos**

Ementa: Estrutura organizacional de um Escritório Público; metodologias de caracterização de demanda, elaboração e gestão democrática e co-gestão de projetos; instrumentos de planejamento, acompanhamento e controle; tomada de decisão participativa; legislação, termos de referência, licitações, orçamento, fiscalização e medição; operação e avaliação do serviço ou edifi-

cação; prestação de contas junto à sociedade e a órgãos de controle, estudos de caso.

Título da UC: **Planejamento estratégico**

Ementa: Introdução à Estratégia e ao Planejamento Estratégico. Teoria e evolução. A tomada de decisão estratégica no setor público. Técnicas e metodologias de planejamento estratégico: situacional, organizacional, orientado a resultados, participativo, físico-territorial.

Título da UC: **Escritório de planejamento de metrópoles**

Ementa: situações e problemas característicos de aglomerações urbanas conurbadas; regulamentação legal urbana e ambiental: possibilidades e limitações; técnicas e metodologias de planejamento estratégico; planejamento e projetos urbanos em contextos conurbanos a partir de casos reais; política metropolitana com trânsito entre diversas escalas; possibilidades e limites na implementação do Estatuto da Cidade e do Estatuto da Metrópole; visitas de campo.

Título da UC: **Megacidades mundiais**

Ementa: Geografia e urbanismo das megacidades e cidades globais; urbanização intensiva e competitiva contemporânea; geopolítica das metrópoles e megacidades; relações entre cidades e regiões; bases econômicas das metrópoles mundiais; financeirização dos espaços urbanos metropolitanos; impactos socioambientais; padrões de segregação; ações transformadoras inclusivas e sustentáveis; estudos de caso nacionais e internacionais.

Título da UC: **Memorial do percurso formativo**

Ementa: Conceito de percurso formativo: narrativa e memorial descritivo; resultados esperados do memorial. Conteúdo de um memorial; verificação e avaliação do memorial.

Título da UC: **Expo e fórum de debates anual**

Ementa: Projeto de expografia, produção de suportes e dispositivos e montagem de exposição; produção dos textos e imagens do processo formativo anual; organização do fórum de debates sobre a exposição; integração intercurros.

7º Semestre

AVALIAÇÃO E CONTROLE NAS CIDADES PARTICIPATIVAS: Eficiência, eficácia e efetividade.

Título da UC: **Indicadores socioeconômicos na administração pública**

Ementa: Fontes de dados econômicos e sociais. Principais indicadores para análise de conjuntura econômica e social. Indicadores de desenvolvimento humano e de sustentabilidade. Indicadores sintéticos. Diagnósticos com base em indicadores.

Título da UC: **Auditoria, controladoria e prestação de Contas: em busca de uma *accountability* democrática**

Ementa: Auditoria governamental, de gestão, contábil, operacional. Estudo e avaliação dos controles internos. Fraudes no setor público. Obras Públicas. Publicidade. Transparência. Divulgação dos atos e dos números de gestão. Prestação de contas.

Título da UC: **Vivências**

Ementa: Vivência da realidade local. Desenvolvimento e poder local. Inovação em gestão social. Diversidade sócio econômica, ambiental e cultural. Políticas públicas. Técnicas e habilidade de gestão em contextos variados e complexos.

Título da UC: **Trabalho de conclusão de curso 1**

Ementa: Escolha de tema vinculado às linhas temáticas interdisciplinares e seus espaços pedagógicos; formulação de hipóteses, revisão bibliográfica; definição de escopo e metodologia para o TCC 2.

Título da UC: **Escritório em projetos urbanos e política pública**

Ementa: Tema relevante da conjuntura para desenvolvimento integrado entre todos os cursos. Debates, audiências, oficinas, visitas de campo/imersões; exposição final aberta ao público; reflexão permanente sobre definição de tema, método, processo e produto; diálogo com órgãos públicos e sociedade civil.

Título da UC: **Memorial do percurso Formativo**

Ementa: Conceito de percurso formativo: narrativa

e memorial descritivo; resultados esperados do memorial. Conteúdo de um memorial; verificação e avaliação do memorial.

8º Semestre

CIDADES SAUDÁVEIS E INCLUSIVAS: O bem-estar na cidade

Título da UC: **Ética e o papel do administrador público**

Ementa: Fundamentos e conceitos da ética. Importância da conduta ética na gestão dos negócios públicos e privados. A ética nas diversas áreas de uma organização. A ética, a reflexão e a atuação do gestor público. Código de ética do administrador e dos funcionários públicos. Os conteúdos referentes às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino história e cultura afro-brasileira e africana, a educação em direitos humanos, e a educação ambiental, são didaticamente tratados por meio de exercícios e estudos de caso.

Título da UC: **Análise multivariada de dados aplicada à administração pública**

Ementa: A gestão das cidades e o uso da estatística multivariada. Probabilidade. Regressão linear e Regressão múltipla. Análise correlacional. Teste qui-quadrado. Análise de variância. Análise discriminante. Análise fatorial. Análise de agrupamentos. Análise de componentes principais. Regressão logística. Introdução a equações estruturais.

Título da UC: **Nascer, crescer e envelhecer nas cidades com qualidade de vida**

Ementa: As diferentes fases do ciclo de vida e a qualidade de vida. A cidade, o crescer, o desenvolver e o envelhecer. A gestão da cidade e a promoção da saúde e do bem-estar. Estatutos da criança e do adolescente; da juventude; do idoso; da cidade.

Título da UC: **Gestão e prevenção de riscos urbanos**

Ementa: Conceituação de riscos, exposição, vulnerabilidade e resiliência; marco legal de prevenção de riscos e defesa civil; mapeamento da suscetibilidade; cartas geotécnicas de aptidão à urbanização

e mapas de risco; planos municipais de redução de risco e adaptação para mudanças climáticas; tecnologias de informação e monitoramento de riscos; estratégias de comunicação e mobilização da sociedade civil; atuação pós-catástrofe.

Título da UC: **Trabalho de conclusão de curso 2**

Ementa: Desenvolvimento do produto do TCC, documento final, material expositivo, defesa.

Título da UC: **Memorial do Percurso Formativo**

Ementa: Explicitação do processo e lacunas de aprendizagem. Síntese da trajetória vivida no curso, no Instituto das Cidades e na Unifesp. Avanços e dificuldades. Propostas para a melhoria do curso

Título da UC: **Expo e fórum de debates anual**

Ementa: Projeto de expografia, produção de suportes e dispositivos e montagem de exposição; produção dos textos e imagens do processo formativo anual; organização do fórum de debates sobre a exposição; integração intercursos.

f. Distinção do curso de Administração Pública

O curso de Administração Pública do Instituto das Cidades da UNIFESP tem como principal diferencial o olhar crítico construtivo voltado para as cidades sejam elas pequenas, médias ou grandes. Especial ênfase é dada à gestão de cidades de forma sistêmica e integrada, envolvendo diferentes atores e instituições, a fim de lidar com os problemas das cidades de forma participativa.

O curso também se destacará por desenvolver metodologias ativas em seu processo de ensino aprendizagem, rompendo com o modelo tradicional de educação mestre aluno, a fim de garantir um aprendizado embasado por conhecimento teórico e prático, que resulte em competências e habilidades de resolução de problemas de forma construtiva e orientada para o ethos público e capacidade de inovação na administração pública. Nos dias de hoje os docentes se deparam com vários desafios na relação ensino aprendizagem

decorrentes de um mundo em constante mudança causada pela revolução na comunicação e na tecnologia. Neste contexto, as metodologias ativas de aprendizagem se apresentam como estratégias de “ativação dos alunos”. O provérbio chinês que diz: “O que eu ouço, eu esqueço; o que eu vejo, eu lembro; o que eu faço, eu compreendo” apresenta o que está por trás do conceito de aprendizagem ativa na qual o aluno do curso de Administração Pública, ao interagir com o assunto em estudo, passa a ter um papel ativo na construção do conhecimento.

Os alunos, para terem uma aprendizagem efetiva, devem fazer mais do que ouvir, ou seja, devem ler, escrever, perguntar, discutir, fazer e atuar na resolução de problemas e no desenvolvimento de projetos. Isso faz com que o aluno participe na construção do conhecimento e não seja apenas um receptor do conhecimento passado pelo professor que, passa a ser um facilitador do processo de aprendizagem, um orientador. Através de metodologias como aprendizagem baseada em problemas (*problem based learning*) e aprendizagem baseada em projetos (*project based learning*) o aluno desenvolve suas capacidades de raciocinar, observar, refletir e combinar.

Esta opção pedagógica no processo de ensino aprendizagem que integra desde o início teoria e prática, somada à interação com os demais cursos do IC como Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sanitária e Geografia, na primeira etapa do instituto, contribuirão para a formação de um aluno que possui uma capacidade de interação com diferentes atores e com uma visão multidisciplinar e sistêmica, sendo capaz de atuar direta o indiretamente nas administração pública promovendo cidades justas e sustentáveis.

8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O sistema de avaliação do Instituto das Cidades e de seus cursos de graduação considera o disposto no Regimento da Pró-Reitoria de Graduação e no Regimento Geral da Unifesp, no que tange aos aspectos de ensino, e mantém conformidade também com os critérios definidos no Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

O desenvolvimento acadêmico dos alunos é observado e levado em consideração ao longo do curso e, em caso de necessidade, serão realizadas reformulações e implementados novos meios que beneficiem o processo de ensino-aprendizagem. As dificuldades encontradas pelos discentes no processo de formação devem proporcionar aos docentes indicadores que favorecerão a reestruturação do método de ensino, objetivos, forma de organização das atividades, conteúdos, nível de exigência, avaliação etc. As atividades curriculares envolvem solução de casos, trabalhos de campo, seminários, visitas técnicas, provas, entre outros previstos nos planos de ensino e aprovados pelas comissões de curso.

Na avaliação ao longo do curso a qualidade do desenvolvimento de habilidades e competências previstas em cada disciplina será analisada pelo corpo docente para identificar o aprendizado alcançado em cada etapa. Deste modo, considera-se que a assiduidade e a dedicação aos estudos implicam em bom aproveitamento das aulas ministradas e atividades curriculares. A frequência mínima para aprovação é a disposta em Lei, ou seja, de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das atividades constantes da matriz curricular, à exceção dos estágios obrigatórios, do TCC e das atividades diferenciadas, como o ENADE, que pressupõem frequência de 100% para aprovação. O abono de falta é vedado, exceto em situ-

ações previstas na legislação vigente e no referido Regimento da instituição.

O processo de avaliação de cada unidade curricular é conduzido pelo(s) docente(s) responsável(is) devendo obrigatoriamente constar no Plano de Ensino, com especificação a respeito do tipo de avaliação que será aplicado no decorrer das atividades, sejam elas teóricas ou práticas, bem como os instrumentos (provas, seminários, exercícios, relatórios, projetos ou outros) a serem utilizados para tal fim, respeitando as especificações de cada área. A avaliação processual e formativa possibilita a identificação de lacunas, necessidades a serem trabalhadas e avanços obtidos, ao longo do processo, e viabiliza o reconhecimento dos resultados alcançados, considerando os conhecimentos, competências e valores construídos, bem como as mudanças necessárias ao bom termo.

Podem ser aprovadas avaliações conjuntas entre UCs visando atender plenamente os objetivos de ensino-aprendizagem definidos pela comissão de curso.

Os critérios de nota para aprovação são estabelecidos em regimento interno da Pró-Reitoria de Graduação. O aluno é avaliado durante o período letivo e eventual exame final. A nota atribuída é entre 0,0 (zero) a 10,0 (dez), permitindo-se seu fracionamento em uma casa decimal. A nota 0,0 (zero) é atribuída ao aluno que porventura em avaliações, trabalhos e outros meios de avaliação utilizar-se de meios ilícitos ou não autorizados pelo docente. É considerado aprovado o aluno que obtiver média das notas das provas, exercícios e outras atividades curriculares maior ou igual a 6,0 (seis). O aluno será reprovado se não atingir a nota mínima necessária maior ou igual a 3,0 (três). Caso o aluno alcance a nota mínima necessária igual a 3,0 (três) e inferior a 6,0 (seis) terá o direito de realizar o exame, que ocorre após a divulgação dos resultados finais do rendimento acadêmico do período vigente. Após a realização do exame a média final é calculada pela média aritmética entre a nota do exame e a nota obtida no período letivo. A

média final deve ser igual ou maior que 6,0 (seis), e caso isso não ocorra o aluno fica reprovado na UC.

É importante salientar que a avaliação do aluno não é realizada apenas em um único momento e por meio de provas, mas ao longo do período letivo através de seminários, trabalhos individuais e em grupo, exercícios, pesquisas, participação em sala, discussão em grupo, resenhas, elaboração de projetos, reflexão crítica sobre assuntos estudados, entre outros. No plano de ensino de cada disciplina estão explicitados todos os instrumentos e critérios de avaliação a serem utilizados pelo docente. Este é distribuído e explicado no início do período letivo de cada curso.

Além desse sistema de avaliação do curso, cabe destacar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do MEC/INEP, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, formado pelo tripé: avaliação das instituições, avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (Exame Nacional dos Estudantes - ENADE).

b. Sistema de Avaliação e Renovação do Projeto Pedagógico do Curso

A Avaliação do Desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico dos cursos será periódica, processual e coletiva. Levará em consideração o resultado dos trabalhos das Unidades Curriculares, dos Núcleos Temáticos, especialmente dos TCCs e Memoriais. Outro indicador da efetividade do Projeto Pedagógico será o acompanhamento da inserção profissional e acadêmica dos egressos, bem como dos casos de evasão (de estudantes, técnicos e professores). Esse acompanhamento trará relevantes informações para a revisão continuada do Projeto Pedagógico.

A Avaliação do Currículo acontecerá por meio de Fóruns abertos e temáticos, que serão convocados com pautas definidas, respeitando os objetivos, princípios e diretrizes de criação do curso, a qualquer momento, acumulando as discussões de avaliação de desempenho do curso e de propostas de alteração no Projeto Pedagógico e sua matriz curricular.

Essas contribuições serão consolidadas em revisões quinquenais ou em intervalos não inferiores a 5 anos, garantindo sua progressividade e avaliação contínua. Exceção feita ao período de implantação do curso quando uma avaliação deve ser realizada após a conclusão do segundo ano para ajustes e eventuais mudanças curriculares a serem implementadas até a conclusão da primeira turma.

A inserção do corpo docente nos processos de avaliação do PPP e de revisão curricular é parte fundamental do reconhecimento, acolhimento e apropriação do Projeto Pedagógico de criação do curso, já que os docentes passam a assumir, coletivamente, o protagonismo ao propor os aprimoramentos e desenvolvimentos cabíveis.

O conjunto dos cursos possui um sistema de acompanhamento e avaliação de cada Projeto Político Pedagógico constituído pelas seguintes instâncias: Congregação do Instituto das Cidades; Câmara Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coordenações e Colegiados de Linhas Interdisciplinares; Coordenações e Colegiados de cursos; Comissões de cursos; Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) de cursos; todas instâncias que fazem parte da Gestão Acadêmica apresentada no capítulo 15.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares são ao mesmo tempo importantes momentos de ampliação e de experimentação pessoal do repertório dos estudantes, parte da vida universitária em sua dimensão mais ampla, com dimensões culturais, políticas, sociais, de integração e cooperação etc. Também são consideradas Atividades Complementares iniciativas em pesquisa e extensão, seminários e publicações que são computadas como carga horária para fins de integralização do curso. As Atividades Complementares deverão constar no histórico escolar e no currículo do estudante, quando for pertinente, demonstrando sua iniciativa em alargar as fronteiras de sua formação.

São Atividades Acadêmicas Complementares previstas no Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades:

- Participação em Projetos de iniciação científica (PIBIC), Iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBIT), Monitoria, Educação tutorial (PET), Jovens talentos para ciência (JTC) e de Iniciação à gestão (BIG) Iniciação à docência (PIBID), Laboratórios interdisciplinares de Formação de Educadores (Life) Observatório da educação (OBEDUC), Novos Talentos;
- Participação em ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos, bolsas PIBEX etc.) - dentre eles, projetos relacionados ao escritório modelo, escola de governo, escola de cidadania, incubadora de iniciativas econômicas solidárias observatório de políticas públicas, centro de memória da Zona Leste, jornais e periódicos da Instituição;
- Participação em optativas de fundamentos da educação básica e LIBRAS;
- Participação em atividades culturais na Unifesp e no Campus (teatro, coral, dança, música, vídeo, rádio, webtv etc.);
- Trabalhos desenvolvidos pelos discentes, sob orientação docente, apresentados na Instituição e/ou externamente, em atividades extra sala de aula e extra disciplina específica, em eventos científicos, exposições ou seminários;
- Trabalhos publicados em periódicos científicos, anais de congressos, livros, capítulos de livros, jornais, revistas, dentre outros;
- Organização de eventos e exposições de relevância acadêmica;
- Participação em centros acadêmicos, representação discente, atléticas, federação de estudantes, encontros estudantis, atividades de integração;
- Ida a eventos externos à Instituição recomendados pelos docentes (exposições, filmes, peças teatrais etc);
- Participação em atividades e competições esportivas representando a Unifesp e os cursos do Instituto das Cidades;
- Participação em atividades voluntárias com comunidades e movimentos sociais;
- Participação em programas de intercâmbio institucional, nacional e/ou internacional;
- Viagens, estudos de campo, imersões e visitas técnicas extracurriculares;
- Participação em Escolas de Verão, workshops e atividades de formação complementares;
- Participação em concursos de projetos, prêmios e exposições;
- Estágios não curriculares relacionados às atividades do IC;
- Outras atividades específicas, desde que previstas

no Projeto Político Pedagógico do Curso e no Regulamento de Atividades Complementares.

As Atividades Complementares do Instituto das Cidades terão regulamento próprio. A integralização de horas dependerá da análise e aprovação das atividades realizadas como passíveis de contabilização de horas de Atividades Complementares por cada comissão de curso.

10. ESTÁGIO CURRICULAR

Além da licenciatura, com seu estágio curricular supervisionado organizado na forma de um programa de Residência Pedagógica (com número mínimo de 400 horas), os cursos de Engenharia, Arquitetura e Administração Pública tem em sua diretriz curricular a obrigatoriedade de estágio programado para todos seus estudantes. Por constituir momento importante de aprendizado em ambiente profissional, trazendo elementos novos para sua formação, que reverberam em novas questões e visões para os programas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto como um todo, o estágio programado será recomendado nos cursos em que não é obrigatório.

Contudo, é preciso compreender os contextos de trabalho nos quais se insere o estágio, de modo a tirar o proveito dele esperado. Atualmente, a obrigatoriedade de estágio associada à ampliação do número de estudantes no ensino superior (em especial nos cursos privados) tem resultado em impactos no mercado de trabalho, com estagiários comumente substituindo profissionais a baixo custo, assumindo responsabilidades indevidas, com jornadas de trabalho flexíveis e muitas vezes superando a carga horária prevista pela legislação. Ou ainda exercendo funções em condições de baixíssimo aprendizado, em atividades mecânicas e subalternas. O ambiente de estágio por vezes naturaliza contextos empresariais e de negócios, inculca nos estudantes a ideologia dominante sobre relações de produção, organização do trabalho, uso da tecnologia, estímulo ao consumismo, o que o Instituto pretende justamente problematizar.

Por isso, o estágio obrigatório deverá ser planejado como atividade programada, com acompanhamento de supervisores, em contextos favoráveis ao aprendizado, com convênios supervisionados em órgãos públicos (sobretudo com Subprefeituras e órgãos públicos em atuação próxima ao campus), entidades civis, assessorias técnicas, centros de pesquisa e planejamento, cooperativas, empresas selecionadas e conveniadas, sempre em ambientes profissionais mais regulados/formais e com vocação pública. As atividades de extensão que simulam contextos profissionais e com profes-

sores supervisores (como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, por exemplo) também são considerados espaços recomendados para estágio. Por fim, a própria gestão do Campus, entendida como Administração-Escola é espaço relevante para estágio programado.

O Programa de Estágios do Instituto das Cidades contará com regulamentação específica.

Especificidade do Estágio Curricular em Administração Pública

O estágio supervisionado deve se consolidar a partir dos princípios, valores e diretrizes norteadores do Projeto Pedagógico do Curso de administração pública, em uma perspectiva interdisciplinar, coadunada com as demandas sociais e na defesa permanente de uma universidade pública para todos.

Nessa política, concebe-se o Estágio Supervisionado como atividade educativa indispensável à integralização curricular da formação do administrador público. Trata-se de uma unidade curricular obrigatória que se configura, a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional e tem por objetivo qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho profissional que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional.

Como processo educativo supervisionado, o estágio compõe a formação acadêmica dos estudantes e possibilita a articulação interdisciplinar entre as unidades curriculares e as dimensões, teórico-metodológica e técnico-prático que conformam o exercício do trabalho profissional.

Seguindo as DCNs nesse Projeto Pedagógico, adotou-se o estágio supervisionado obrigatório. Sua realização articula a formação e o exercício profissional, estabelecendo a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; a interdisciplinaridade e por fim, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Na condição de processo educativo, investigativo e prático, o estágio supervisionado pressupõe

graus de responsabilidade e de realização de atividades acumulativas e progressivas pertinentes ao cenário do trabalho profissional e, ao mesmo tempo, coerentes com os conteúdos programáticos e os objetivos do percurso formativo em curso. Para tanto, é obrigatória a supervisão de estágio na formação em Administração que se firma na dimensão de acompanhamento e orientação do estágio pela figura do coordenador de estágio, professor vinculado ao curso de administração pública. Como espaço didático pedagógico voltado à formação e a discussão teórico-crítica do exercício profissional, a supervisão acadêmica é realizada concomitantemente a supervisão de campo.

A política de estágio supervisionado é coordenada por um(a) docente do curso, responsável por assegurar a gestão, com qualidade, do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem no estágio. No Regulamento do Estágio Supervisionado, à disposição dos alunos, estão especificadas as atividades a serem realizadas e a estrutura do relatório a ser desenvolvido.

11. MEMORIAL E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

a. Memorial do percurso formativo

Todos os estudantes do Instituto das Cidades deverão produzir, ao longo da graduação, desde o primeiro semestre, um MEMORIAL do seu processo formativo, costurando os nexos do seu aprendizado, com apoio de tutor e com debates abertos, finalizando com um documento final que é apresentado junto com o TCC.

Esse tipo de memorial (diário de bordo, diário de obra), com formato livre, é instrumento importante tanto para a avaliação do estudante quanto do próprio curso. Deve ser uma espécie de romance formativo, como passos no processo de tomada de consciência de si e do mundo.

b. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC no Instituto das Cidades deverá agregar as múltiplas experiências formativas do estudante em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-gestor-contrutor de cidades. Ele visa ampliar as condições de formação profissional do aluno por meio da integração dos vários conhecimentos, valores e habilidades/competências aprendidos e construídos ao longo do curso. Diversos formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, trabalhos práticos, vídeos, construções, protótipos etc.), sempre justificada a relação entre forma-conteúdo e tema-produto. Esperar-se que estes sejam resultantes da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores.

O Instituto das Cidades, por meio das linhas interdisciplinares dos Escritórios, Laboratórios e Oficinas (ELO), proporrá temas articuladores de TCCs.

O TCC sintetizará o resultado do processo

formativo de cada estudante e seu produto indicará o perfil do profissional que o Instituto está formando – por isso, servirá igualmente como importante momento para avaliação do próprio projeto pedagógico, de cada curso e do IC como um todo.

É recomendado que o processo avaliativo e a banca congreguem três professores, envolvendo pelo menos dois cursos do Instituto e/ou externos, com a seguinte composição: professor orientador, um docente do curso, um docente de outro curso do Instituto e/ou um convidado externo. O convidado externo, pode ser docente ou não, como profissional do setor público, privado ou terceiro setor, ativista de movimentos sociais, de centros de pesquisa, desde que sejam locais relacionados ao tema.

A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes. Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

A Unifesp não possui regulamentação única para os TCCs, cabendo a cada curso sua regulamentação específica. As diretrizes que embasam a execução do TCC dos diferentes cursos do IC são:

- O TCC é um trabalho individual e sua realização deverá possibilitar que o aluno concretize, de forma autônoma, crítica e criativa, o conjunto de experiências realizadas no decorrer de sua formação acadêmica e profissional;
- Dentro das linhas interdisciplinares do IC e por meio do sistema ELO, o estudante fará sua escolha de objeto, no qual também deverá agregar múltiplas experiências formativas de seu percurso acadêmico em um trabalho que exprima potencialidades de um pensador de cidades;
- O tema deverá ser obrigatoriamente relacionado às atribuições e atividades profissionais estabelecidas em lei, bem como a reflexão crítica

e histórica sobre estas mesmas atribuições e atividades;

- Diversos formatos serão permitidos (ex: projetos, planos, trabalhos teóricos, trabalhos práticos, vídeos, etc.) sempre justificada a relação entre forma-conteúdo e tema-produto;
- O orientador é de livre escolha do estudante e poderá ser qualquer dos docentes do curso de origem do aluno da Unifesp;
- Espera-se que o TCC apresente resultado relevante e expressivo da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores;
- A composição da banca será composta por:
 - Professor orientador;
 - Um docente do curso do estudante;
 - Um docente de outro curso do Instituto das Cidades e/ou um convidado externo.
- A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade complementar;
- Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

O Trabalho de Conclusão de Curso no Instituto das Cidades contará com regimento específico.

TCC em Administração Pública

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública (Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014) assim definem o Trabalho de Conclusão de Curso:

Art. 6º A natureza e a organização de cada curso deverão ser expressas por meio do seu projeto pedagógico, abrangendo, entre outros, o perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes

curriculares, a imersão profissional ou em pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta.

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

XI - inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

As diretrizes que embasam a execução do TCC em Administração Pública da Unifesp, em consonância com as diretrizes de TCC do Instituto das Cidades o artigo da DCN citados acima são:

- O tema é de livre escolha do estudante e deverá agregar as múltiplas experiências formativas de seu percurso acadêmico em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-administrador de cidades;
- O tema deverá ser obrigatoriamente relacionado às atribuições e atividades profissionais estabelecidas em lei (reproduzidas no item 6.c deste PPPC), bem como a reflexão crítica, histórica sobre estas mesmas atribuições e atividades;
- Todos os formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, vídeos, etc.) sempre justificada a relação entre forma-conteúdo, tema-produto;
- O orientador é de livre escolha do estudante e poderá ser qualquer dos docentes do curso de Administração Pública da Unifesp;
- Espera-se que o TCC apresente resultado relevante e expressivo da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores.

12. APOIO AO DISCENTE

As políticas de apoio discente, com detalhamento dos Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitoria de Graduação, bem como um capítulo sobre autonomia estudantil, representação e protagonismo, incluindo práticas emancipatórias de conhecimento, são apresentadas no PPP do Instituto das Cidades - por atenderem aos estudantes de todos os cursos.

13. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Instâncias de gestão do Curso

- Os **Colegiados de Curso** têm como objetivo de deliberar e estabelecer as diretrizes da gestão administrativa e pedagógica do curso em conformidade com as regras e normas do IC e da Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp. O colegiado será presidido e representado pelo Coordenador do curso, composto por docentes em atividade no curso, incluídos docentes em regime de colaboração, bem como dos representantes discentes e técnicos. Colegiados e seus coordenadores atuam para fortalecer o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade interna aos cursos, a integração do corpo docente-discente-técnico, a implementação da matriz curricular e suas práticas pedagógicas.
- Os **Coordenadores e Vice-Coordenadores de Curso**, eleitos pelo colegiado com mandato de dois anos, têm o papel executivo de garantir a condução político-pedagógica e acadêmica do processo de acompanhamento e avaliação do projeto de cada curso além de atividades administrativas correlatas, para as quais são amparados por uma **Secretaria de Curso**.
- As **Comissões de Curso** são órgãos de coordenação consultivos e subordinados ao colegiado de curso, com o papel de discutir e articular a política de formação profissional e integração curricular, subsidiando, auxiliando e acompanhando o colegiado e a coordenação na direção do curso, no processo ensino-aprendizagem, nos ajustes/orientação das diretrizes da formação do profissional e a sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade.
- Os **Núcleos Docentes Estruturantes** assessoram as comissões de curso e têm o objetivo de formular, acompanhar, consolidar, avaliar e atualizar, permanentemente, o projeto político pedagógico do curso. São elementos do acompanhamento do

NDE: as matrizes curriculares, os planos de ensino, as metodologias, as estratégias pedagógicas, a avaliação ensino-aprendizagem do curso.

Sobre a estrutura de gestão acadêmica e administrativa mais ampla do Instituto das Cidades, consultar o PPP do IC.

14. RELAÇÃO DO CURSO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

Para garantir o princípio da indissociabilidade, como um dos eixos do percurso formativo para os diferentes cursos de graduação do IC, há um conjunto de atividades em que a atuação em extensão, pesquisa e ensino-aprendizagem acontecem de forma integrada e convergente entre cursos e áreas de conhecimento em torno de problemas urbanos complexos e situações desafiadoras. Várias unidades curriculares contemplam nas suas estratégias e condições de ensino-aprendizagem, as atividades de pesquisa e extensão que contabilizam horas para integralização dos cursos. Além disto, são propostas atividades específicas de caráter complementar que propiciam condições para atuação em pesquisa, extensão e em processos de ensino-aprendizagem distribuídas no decorrer do percurso formativo.

O Instituto das Cidades considera fundamental a construção e o reconhecimento de identidade e alteridade entre diferentes formações e profissões, desde o princípio da trajetória acadêmica de formação no ensino superior. A existência de possibilidades criativas de organização do trabalho pedagógico promotoras de convergências de conhecimento envolve o reconhecimento de lugares e províncias do conhecimento de onde se fala e observa. Cada formação/profissão percebe o território, a cidade e seus problemas a seu modo, de seu lugar de produção do conhecimento, com identidade já constituída, resultante de tradições epistemológicas do pensamento ocidental e de uma histórica divisão social do trabalho intelectual. Não se pretende negá-las, mas reconhecê-las, confrontá-las e reinterpretá-las. A convergência é, por isso, a procura de confluências e esquinas de encontro do conhecimento, formas de condensar, na construção coletiva do lugar e da cidade, os conhecimentos diversos das diferentes áreas do saber, e também das diferentes experiências de vida e intelectuais de professores, técnicos e estudantes, considerados desde o primeiro dia de aula como sujeitos do seu aprendizado e pesquisadores ativos.

O detalhamento das ações de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e práticas convergentes entre os cursos nos mais diversos âmbitos são detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades, incluindo:

- Objetivos e princípios comuns e organizado em torno de um tema-gerador complexo, relevante e multidimensional como as Cidades;
- Linhas transversais interdisciplinares como matriz intercurso, favorecendo que docentes estejam tanto vinculados aos colegiados de cursos como a linhas transversais, estimulando projetos comuns;
- Processo de seleção de professores em interlocução com o PPP do Instituto e seus cursos, com candidatos e bancas cientes do projeto interdisciplinar e dispostos a fortalecê-lo;
- Primeiro semestre e penúltimo com questões e metodologias comuns (“Cidade Viva, Cidade Inventada” e Escritório Integrado com tema eleito);
- Núcleos temáticos semestrais para todos os cursos, que organizam a oferta das diversas unidades curriculares, favorecendo o trabalho colaborativo entre docentes, a interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática, a convergência interna do curso e o diálogo com outros cursos;
- Espaços pedagógicos comuns (ELO), por temas convergentes e não por curso;
- Unidades Curriculares (UCS) comuns do Instituto integrando a matriz de todos os cursos ao longo de todos os semestres e ministradas por professores de mais de um curso;
- Linhas de pesquisa e pós-graduações temá-

ticas intercursos, começando com um mesmo Programa em Cidades;

- Programas de extensão comuns a todos os cursos, incluindo convênios e parcerias do instituto com órgãos públicos, ongs, centros de pesquisa, movimentos sociais e setor privado;
- Terças-feiras reservadas para eletivas do Instituto, com livre escolha dos estudantes, com certificações de competência intercursos;
- Fóruns anuais, debates e exposições intercursos;
- Programa de especialização de Residência em Cidades após o fim da graduação;
- Integração estudantil em espaços de representação, semanas acadêmicas, atividades culturais e complementares, atléticas e clube universitário;
- Viagens de estudo, programas de intercâmbio e mobilidade estudantil comuns ao Instituto das Cidades;
- Programa de estágio curricular supervisionado com convênios e parceiros comuns a todos os cursos;
- Proposta de memorial de percurso formativo comum a todos os cursos;
- TCC mantendo diálogo entre cursos e estudantes, com avaliação final com bancas mistas intercursos;
- Gestão integrada do Campus como minicidade e Administração-escola, envolvendo TAEs, professores e estudantes em atividades comuns de gestão.

15. INFRAESTRUTURA

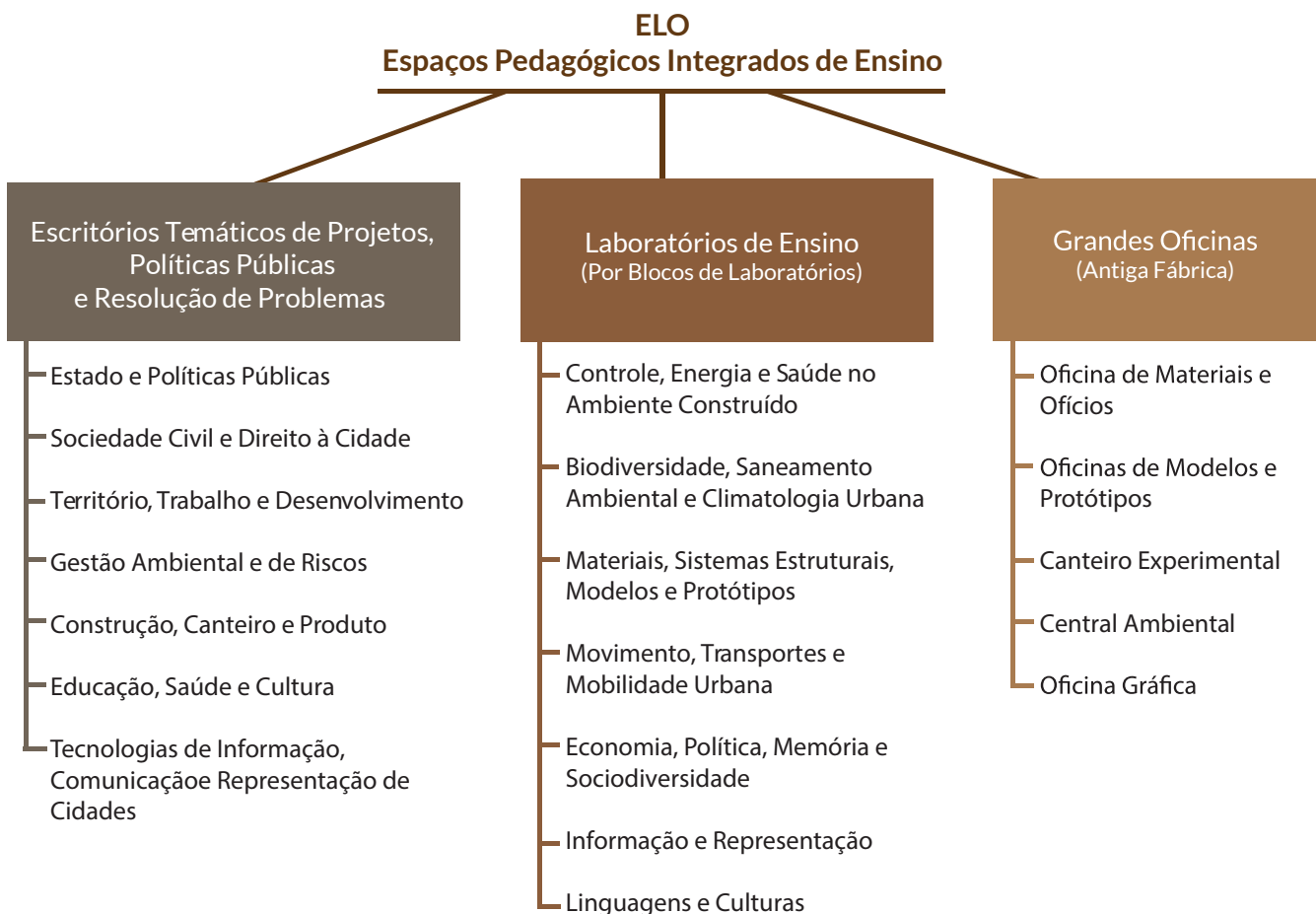
a. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)

Serão três os espaços principais de ensino, todos eles abertos a momentos de trabalho de campo e reconhecimento da realidade complexa exterior ao ambiente universitário. Serão eles: os **escritórios**, focados em contextos e problemas reais a serem enfrentados projetualmente e por políticas públicas; os **laboratórios** de ensino

de fundamentos, ciência aplicada e teoria; e as **oficinas** de experimentação prática com resultados em construção, modelos, protótipos, produtos gráficos e reciclagem, bem como um centro de monitoramento ambiental. Além desse núcleo estruturante de Escritórios, Laboratórios e Oficinas (ELO), o Instituto contará ainda com salas de aula e auditórios para palestras, seminários, debates, disciplinas eletivas, além de espaços destinados a exposições e discussão dos trabalhos realizados semestralmente e anualmente.

QUADRO 2

Organograma - Espaços Pedagógicos Integrados de Ensino



Outros Espaços Pedagógicos: Teatro Italiano, Teatro de Arena, Anfiteatros, Salas de Aula, Praça Digital, Área de Exposição, Biblioteca, Áreas de Extensão, APP, Agricultura Urbana, Estações de Tratamento e Monitoramento.

Para detalhamento do sistema ELO, ver no Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades a descrição individualizada dos espaços pedagógicos.

b. Campus como minicidade-escola

A oportunidade de realizar o Instituto das Cidades será também a de entender o Campus Zona Leste como um espaço experimental de produção e gestão de cidades em que o próprio campus é objeto de pesquisa e intervenção. Com diversas formações em planejamento, projeto e construção de cidades, esse campus deverá manter um caráter de exemplaridade em si mesmo, com pesquisas experimentais permanentes. Entre elas, testar novas tecnologias construtivas e formas espaciais inovadoras; pensar sua relação com o contexto urbano e com a paisagem, incluindo a área de preservação e nascentes que abriga; realizar uma política de gestão ambiental e de resíduos, monitoramento constante de emissões, reuso de água e eficiência energética, com objetivo de redução da pegada ambiental; combinar e alternar momentos de estudo com os de “trabalho” (dentro das oficinas da antiga fábrica, mantida como espaço de produção); realizar ações piloto de intervenção, manutenção e recuperação em edificações, móveis e equipamentos do campus; realizar plenárias e grupos de trabalho de avaliação, mapeamento, planejamento e administração do Campus, como exercício de gestão de uma pequena cidade; tudo isso com o objetivo de se tornar um campus sustentável, construtivamente inovador, acolhedor e democrático.

O Campus Zona Leste ainda permite que várias camadas históricas, de uso e ocupação da sua gleba permaneçam de algum modo ativos, física e pedagogicamente. São elas: a Área de Preservação Permanente - APP de cerca de 25 mil m², com mata nativa e duas nascentes e córregos afluentes do Rio Jacu; o primeiro uso antrópico da gleba como chácara de família de imigrantes japoneses, produtora de horti-fruti e integrante do cinturão verde leste de São Paulo; sua conversão em área industrial no final dos anos 1970 com a instalação da Metalúrgica Gazarra, uma das principais fábricas da Zona

Leste e importante lugar de memória operária; e, por fim, sua transformação em Campus Universitário. De tal forma que a mini-cidade dialoga com esses patrimônios materiais e imateriais, ambientais e construídos. Seja com a recomposição e gestão da APP e recuperação das duas nascentes e córregos; com a destinação de ao menos 10 mil m² (1ha) para agricultura urbana com horta e pomar do Campus que abastecerá o Restaurante Universitário; a manutenção e renovação do prédio principal da indústria Gazarra para instalação das grandes oficinas e canteiro experimental; e, por fim, as novas edificações universitárias. De modo que tempos e naturezas distintas se interrelacionam, dialogam e são espaços pedagógicos para compreensão de uma minicidade que se faz com consciência do seu sentido histórico, seus patrimônios e memórias.

16. CORPO SOCIAL

a. Perfil docente

Os docentes do Instituto das Cidades estarão a ele diretamente vinculados e deverão estar igualmente associados a pelo menos um dos colegiados de curso e a uma linha transversal interdisciplinar. A carga didática de trabalho na graduação será atribuída pela Câmara de Graduação. Os docentes deverão participar da elaboração, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do IC e do respectivo curso, zelando por seu desenvolvimento integral. Em acordo com os objetivos do IC, espera-se que os docentes:

- Sejam graduados e pós-graduados não apenas nas áreas de formação exigidas para os cursos que serão oferecidos, mas também docentes com formação complementar ao projeto político pedagógico do IC, tais como: historiadores, cientistas sociais, filósofos, economistas, advogados, jornalistas, pedagogos, artistas, demógrafos, assistentes sociais, sanitaristas, geólogos, biólogos, físicos, químicos, matemáticos, engenheiros com especializações diversas, além de técnicos nas áreas relacionadas aos laboratórios e oficinas do IC.
- Desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores, que sejam capazes de refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre contextos complexos;
- Trabalhem na perspectiva de interação entre humanidades, ciências exatas, ciências da natureza, artes e novas tecnologias, por meio da convergência de conhecimentos das diferentes áreas, de forma contextualizada e socialmente referenciada;
- Desenvolvam projetos de interação do IC com outras unidades universitárias da Unifesp, promovendo diversos tipos de atividades acadêmicas intercampi;
- Mobilizem métodos de ensino atualizados e inovadores, estimulando, simultaneamente, o conhecimento teórico e experimental, além de combinar o uso de tecnologias digitais nas atividades dos laboratório, escritórios pedagógicos, oficinas, residência e extensão;
- Adotem métodos e materiais didáticos diferenciados para que a estratégia de formação baseada na resolução de problemas e em ações práticas e colaborativas se efetive em toda a sua potencialidade, evitando a dinâmica tradicional unilateral da aula expositiva;
- Participem de acordos de cooperação com instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais e de políticas educacionais, e ainda com organizações não governamentais, redes e movimentos populares da região;
- Estabeleçam relações com o entorno do Campus Zona Leste por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, para o desenvolvimento da região;
- Participem de redes nacionais e internacionais de pesquisa e colaboração nas áreas específicas do IC;
- Contribuam com o desenvolvimento do IC e da Unifesp, exercendo atividades de gestão, coordenação e representação em órgãos colegiados, tais como comissões, câmaras e conselhos;
- Apresentem, desde o concurso, projeto de ensino, pesquisa e extensão em diálogo com

este PPP e com a área na qual pretendem ingressar na universidade. Após o ingresso, o projeto será submetido, acompanhado e avaliado durante o período probatório pelo Núcleo Docentes Estruturante (NDE) do curso.

Professores, pesquisadores e profissionais visitantes

- Serão estimuladas atividades em cooperação com colaboradores externos convidados: pós-doutorandos, residentes, professores, pesquisadores e profissionais visitantes;
- Trarão aportes relevantes em questões, métodos, soluções que estão sendo adotadas (ou questionadas) no campo profissional não acadêmico, órgãos públicos, ONGs, assessorias técnicas ou noutras universidades, brasileiras e estrangeiras;
- Poderão realizar atividades pontuais (palestras, workshops, debates, bancas etc.) a convite de professor permanente do curso;
- Participarão, sempre que possível, nas atividades curriculares regulares do curso;
- Ou ainda, em atividades de maior duração (cursos, minicursos, pesquisa, residência, pós-doutorado etc.), mediante termos de cooperação técnicos específicos ao curso, ao Instituto das Cidades e bolsa específica.

b. Docentes do Curso de Administração Pública

- Número planejado de 27 docentes, conforme pactuação com MEC de 12/2014.

c. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs

Os Técnicos Administrativos em Educação do Instituto das Cidades, são sujeitos fundamentais na construção e desenvolvimento do campus, serão responsáveis por uma série de atividades na gestão do campus e no apoio às atividades acadêmicas, de ensino, extensão e pesquisa. Espera-se que os TAEs:

- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa, cultura e extensão;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas para gestão e operação cotidiana do Campus, mantendo as atividades meio e infra-estruturas necessárias para o seu pleno funcionamento;
- Realizem tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Unifesp disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto das Cidades;
- Participem de programas de capacitação e aperfeiçoamento, pós-graduação e pesquisa;
- Contribuam e participem com o desenvolvimento de atividades de cultura e extensão fortalecendo as relações com o entorno do campus e a região da Zona Leste;
- Contribuam com o intercâmbio de conhecimento e troca de informações entre os *campi*, escolas e institutos da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento de uma Administração-Escola no âmbito do IC, levando

sua experiência para o restante da Unifesp;

- Contribuam com o desenvolvimento discente nas atividades ligadas aos estágios dentro do Programa Administração-Escola, colaborando com o projeto pedagógico de integração ensino-gestão;
- Participem como representantes do IC em órgãos colegiados, tais como comissões, câmaras e conselhos;
- Mantenham reflexão permanente sobre suas práticas administrativas e em assuntos educacionais, como profissionais críticos, conscientes e ativos na construção de uma universidade democrática, eficiente e socialmente referenciada.

b. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste

- Total de TAEs pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos: 184.
- Destes 74 TAEs classe E (Nível Superior) e 110 TAEs classe D (Nível Médio).
- 80% dos TAEs são alocados no Campus e 20% na Reitoria ou livre distribuição desta.
- Assim, o Campus contará conforme a pactuação com: 147 TAEs, sendo 59 de Nível E e 88 de Nível D.

17. REFERÊNCIAS

Bibliografia

ARAÚJO, U. F.; SASTRE, G. (Org.). Aprendizagem baseada em problemas no ensino superior. São Paulo, SP: Summus Editorial, 2009, 236p.

BARBOSA, Eduardo F.; MOURA, Dácio G. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v39, n.2, p.48-67, maio/ago, 2013.

COELHO, Fernando S. Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público. Um estudo sobre ensino de administração pública – em nível de graduação no Brasil. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo (EAESP/FGV), São Paulo, 2006.

IBGE (2015). Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros 2014 - Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

IBGE (2015). Projeção da População Brasileira. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 01 novembro 2015.

IBGE (2012). As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010.

PIRES, V., SILVA, S. A. M., FONSECA, S. A., VENDRAMINI, P., COELHO, F. S. Dôssie - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. Administração Pública e Gestão Social, 6(3), jul-set 2014, 110-126.

Análise dos projetos pedagógicos de Administração Pública das seguintes Instituições brasileiras

- Curso de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas - RJ
- Curso de Administração Pública da Escola de Administração de Empresas (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas – SP

- Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Curso de Gestão Pública Tecnológico da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Curso de Administração Pública da Universidade Estadual Julio Mesquita Filho - UNESP.
- Curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro – Minas Gerais.
- Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
- Curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes Ciências e Humanidades – EACH – USP.
- Curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC – UFABC.
- Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília – UNB.
- Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- Curso de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

Análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Administração Pública das seguintes Instituições estrangeiras

- Stanford University
- Harvard University
- The University of Manchester
- Massachusetts Institute of Technology
- The University of Chicaco
- University College London
- University of California Los Angeles
- New School
- Universidad de Buenos Aires
- New York University
- Michigan University
- Columbia University
- Georgia Institute of Technology
- The London School of Economics and Political Science
- Universidad de Chile

18. ANEXOS

a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC

Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades da Unifesp. Aprovado no Consu e Conselho de Graduação entre 2014 e 2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Resolução CNE/CES no, 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.

b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso

Aprovação da Implantação do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste no Conselho Universitário em 17 de dezembro de 2014.

Link: www.Unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Institucional/Atas_Autorizativas/Consu/Ata_Consu_17-12-14.pdf

Pactuação do IC e Campus Zona Leste com o MEC assinada em 18 de dezembro de 2014

Link: www.Unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao_Assinada_.pdf

Demais atas e aprovações:

Link: www.Unifesp.br/campus/zonaleste/institucional/institucional-titulo/atas-autorizativas

Atas do Conselho Universitário (CONSU) da Unifesp

- Ata de 08 de abril de 2015
- Ata de 17 de dezembro de 2014
- Ata de 12 de junho de 2013
- Ata de 10 de abril de 2013

Atas do Conselho de Graduação (CG) da Unifesp

- Ata de agosto de 2016
- Ata de março de 2015
- Ata de novembro de 2014
- Ata de outubro de 2014
- Ata de abril 2013

c. Equipe de desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e seus cursos

Comissão Mista do Conselho Universitário para Implantação do Campus Zona Leste (Resolução nº 93, de 13 de novembro de 2013)

Representantes da Unifesp:

Soraya Soubhi Smaili, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria Lucia Formigoni, Pedro Arantes, Raquel Aguiar Furuie, Cristina Gabrielloni, Carlos Alberto Bello, Luiz Leduíno de Sales Neto, Elaine Muniz Pires, Ramon Brandão

Representantes do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste:

Amauri Lima, Ana Martins, Anderson Migri da Cunha, Antonia Sarah Aziz Rocha, Claudio Cobos, Flariston Francisco da Silva Jorge Macedo, Luis França, Marcio de Almeida, Tião Soares, Valter de Almeida Costa, Waldir A. Augusti

Coordenação dos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos (Portaria ProGrad nº5, de 15 de maio de 2015)

Coordenação geral:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Angélica Minhoto (Pró-Reitora de Graduação-Unifesp)

Coordenação e vice-coordenação do PPPC de Administração Pública:

Prof.^a. Dr.^a. Gabriela de Breláz (EPPEN-Unifesp) e Prof.^a. Dr.^a. Marcia Carvalho de Azevedo (EPPEN-Unifesp)

Coordenação e vice-coordenação do PPPC de Arquitetura e Urbanismo:

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes (EFLCH-Unifesp) e Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Jr. (PUC-Campinas), em cooperação

Coordenação e vice-coordenação do PPPC de Engenharia Ambiental e Sanitária:

Prof. Dr. Zysman Neiman (ICAQF-Unifesp) e Prof. Dr. Cledson Akio Sakurai (IMar-Unifesp)

Coordenação e vice-coordenação do PPPC de Engenharia Civil:

Prof. Dr. Ricardo Moretti (UFABC) e Prof. Dr. Ioshiaki Shimbo (UFSCar), ambos em cooperação

Coordenação e vice-coordenação do PPPC de Geografia (Licenciatura e Bacharelado):

Prof. Dr. Jorge Luiz Barcellos da Silva (EFLCH-Unifesp) e Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes Xavier (ILATIT-Unila), em cooperação

Colaboração com o PPPC de Engenharia Civil:

Danilo Malta Ferreira (doutorando na EU-UFSCar)

Colaboração com o PPPC de Engenharia Ambiental e Sanitária:

Jumile dos Santos Moreira (ProPlan-Unifesp)

Colaboradores ao longo do processo de elaboração dos Projetos Político Pedagógicos do Instituto das Cidades e seus cinco primeiros cursos

1) Primeiro Seminário sobre o Instituto das Cidades, realizado em fevereiro de 2014:

Ana Martins (Mov. Univ. Federal na Zona Leste)
Célio Turino (MinC e SMC-Campinas)
Ermínia Maricato (FAU-USP)
Fábio L.B. dos Santos (EPPEN-Unifesp)
Fernando de Melo Franco (SMDU-SP)

Lucio Gregori (SMT-SP, SVMA-SP, Cetesb)
Manuel Fernandes de Sousa Neto (FFLCH-USP)
Maria Adélia de Souza (FFLCH-USP)
Mauro Zilbovicius (Poli-USP)
Ricardo Moretti (UFABC)
Rosana Miranda (FAU-USP)
Virgínia Junqueira (ISS-Unifesp)
Zysman Neiman (ICAQF-Unifesp)

2) Workshops internacionais sobre o Instituto das Cidades, realizados em outubro e novembro de 2014:

Camilo Boano (DPU-UCL - Grã Bretanha)
Claudio Ferrari (UNSAM - Argentina)
David Madden (Cities Programme - LSE - GB)
Douglas Santos (PUC-SP)
Gui Bonsiepe (HfG - Ulm - Alemanha)
Marcos Xavier (Unila)
Renato Dagnino (Unicamp)
Ricardo Moretti (UFABC)
Roberto E. dos Santos (UFMG)
Ursula Peres (EACH-USP)
Vincent Michel (Ensa Versailles - França)
Wilson Ribeiro dos Santos Jr. (PUC-Campinas)

3) Debates por curso realizados entre agosto e novembro de 2015 e apoio continuado na redação de cada PPC:

3.1) Arquitetura e Urbanismo

Alexandre Delijaicov (FAU-USP e PMSP)
Ana Maria Goes Monteiro (ABEA e Unicamp)
Anderson Kazuo Nakano (Pólis e SMDU)
Daniela Fajer (Fenea)
Evaniza Rodrigues (UMM)
Guilherme Wisnik (FAU-USP)
Joan Villà (FAU-Mackenzie)
João Marcos Lopes (IAU-USP e Usina)
Maria Amélia D. F. A. Leite (PUC-Campinas)
Natacha Rena (UFMG)
Reginaldo Ronconi (FAU-USP)
Taís Reis (Fenea)

3.2) Geografia

Angela Katuta (UFPR-Litoral)
Carlos de Almeida Toledo (FFLCH-USP)
Diamantino Alves Pereira (EACH-USP)

Douglas Santos (UFGD)
Elvio Rodrigues Martins (FFLCH-USP)
Fábio Bitioli Contel (FFLCH-USP)
Marcos Bernardino de Carvalho (EACH-USP)
Maria Mónica Arroyo (FFLCH-USP)
Ricardo Mendes Antas Jr. (FFLCH-USP)

3.3) Engenharia Civil

Akemi Ino (IAU-USP)
Bernardo do Nascimento Teixeira (UFSCar)
Celso Santos Carvalho (MPOG e SPU)
Francisco Assis Comarú (UFABC)
Luiz Bandeira de Mello Laterza (Aqueduto)
Marcos Tamai (SAAE-Gru e Semasa)
Maria Lúcia D'Alessandro (SML-SP e FMU)
Mauro Zilbovicius (Poli-USP)
Tarcísio de Paula Pinto (I&T)
Wilson Luis Italiano (Cohab-RP e Filocalia)
Yopanan Conrado Rebello (Ycon e Escola da Cidade)

3.4) Administração Pública

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho (Escola Paulista da Magistratura)
Anny Karine de Medeiros (SMPG-Osasco)
Daniel Vazquez (EFLCH-Unifesp)
Douglas Mendosa (EPPEN-Unifesp)
Gustavo Andrey Fernandes (Eaesp-FGV)
José Carlos Vaz (EACH-USP)
Laila Bellix (Prolam-USP)
Lucio Bittencourt (UFABC)
Luis Paulo Bresciani (USCS e Cons. Grande ABC)
Mario Aquino Alves (Eaesp-FGV)
Marta Ferreira Santos Farah (Eaesp-FGV)
Osmany Porto (PUC-SP)
Peter Kevin Spink (Easp - FGV-SP)
Tania Mara Francisco (Etage - Unifesp)
Tião Soares (PUC-SP e Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste)

3.5) Engenharia Ambiental e Sanitária

Jumile dos Santos Moreira (ProPlan-Unifesp)
Márcia Freire dos Reis Gorny (Senac)
Maria Fernanda Mattos Pereira (DGA - Diadema - Unifesp)
Ronaldo Torres (IMar - Unifesp)
Vanessa Honda Ogihara Silva (DGA - Diadema - Unifesp)

4) Equipes técnicas de apoio da Unifesp:

4.1) ProGrad

Cristiane Regina da Silva
Isabel Melero Bello

4.2) ProPlan

Alisson Rigitano
Heloisa Molgara
Rodrigo Turini
Wagner Pinheiro
Equipe de desenvolvimento dos projetos arquitetônicos do Campus Zona Leste

4.3) ProAdm

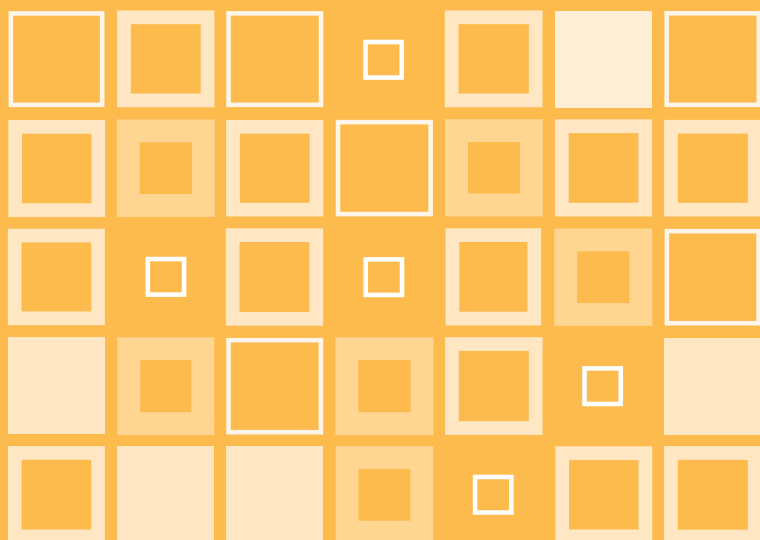
Jairo Pinheiro
Jaqueline Souza

4.4) ProEC

Manoel Medeiros
Simone Nacaguma

4.5) Departamento de Comunicação Institucional - Unifesp

Ana Carolina Fagundes
Ângela Cardoso Braga
Celina Maria Brunieri
Felipe Costa



Campus Zona Leste

Avenida Jacu-Pêssego, nº2630
Itaquera - São Paulo/SP
CEP: 08260-001
www.unifesp.br/campus/zonaleste

Reitoria da Unifesp

Rua Sena Madureira, nº1500
Vila Clementino - São Paulo/SP
CEP: 04021-001
www.unifesp.br

Instituto das Cidades
CAMPUS ZONA LESTE



1933